

PREGÃO ELETRÔNICO

90082/2026

CONTRATANTE (UASG)

Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (250057)

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANALGÉSICOS NÃO NARCÓTICOS (DIPIRONA E OUTROS)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO SIGILOSO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 02/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
8. DA FASE DE JULGAMENTO.....	13
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
10. DO TERMO DE CONTRATO	18
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	19
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	19
13. DOS RECURSOS.....	20
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	24
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	24



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90082/2026
(Processo Administrativo nº 25057.006739/2025-67)

Torna-se público que a **UNIÃO**, por meio do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, neste ato representado pelo **INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA**, sediado na Avenida Brasil, nº 500, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20940-070, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANALGÉSICOS NÃO NARCÓTICOS (DIPIRONA E OUTROS)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.11 *peçasas jurídicas reunidas em consórcio*;
- 3.7.12 *peçasas físicas*.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



- 3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 4.1. *O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.*
- 4.2. *Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.*
- 4.3. *O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.11.2 deste Edital.
- 5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

5.17. O valor final mínimo final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *valor unitário e total do item;*

6.1.1.1. *Os preços deverão ser expressos em Reais (R\$) com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula (ex.: R\$ 0,01), inclusas todas as despesas referentes à execução do objeto, sob pena de recusa da proposta apresentada.*

6.1.2 *marca;*

6.1.3 *fabricante;*

6.1.4 A proposta deverá incluir, em cada item, de forma clara e inequívoca, o FÁRMACO conforme Denominação Comum Brasileira (DCB), a apresentação e a forma farmacêutica, o fabricante, a embalagem com o quantitativo do produto ofertado, o número do registro expedido pela ANVISA/MS e a informação se a embalagem primária do medicamento é fracionável e se contém o código de identificação bidimensional conforme exigência para rastreabilidade prevista na RDC nº xxxxxxxx. Não serão admitidas nem aceitas, ofertas de medicamentos com especificações diversas da originalmente solicitada no Termo de Referência (Anexo I).

6.1.5 *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo a ser cotado, conforme item 1.1 do Termo de Referência.*



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Para o **item 12**, constante(s) no Convênio ICMS 87/02 – CONFAZ, de observância obrigatória pelos fornecedores contratados, que concede isenção do recolhimento do ICMS aos órgãos da Administração Pública, as licitantes deverão apresentar proposta contendo, obrigatoriamente: a indicação do percentual da alíquota do ICMS, os valores unitários e totais, onerados com o ICMS, desonerados do ICMS, restando límpido que, para fins de adjudicação, serão analisadas as propostas desoneradas do ICMS.

6.4.1 Na fase de execução contratual, o valor correspondente à isenção do ICMS deverá ser deduzido do preço dos respectivos produtos, contido na(s) proposta(s) vencedora(s) do Pregão, devendo a Contratada demonstrar a dedução, expressamente, no documento fiscal, empenhando-se apenas o valor necessário à execução do contrato e, quando da emissão da Nota Fiscal, devesse destacar, em seu histórico, esta isenção, visto que o INTO não é contribuinte deste tributo.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,01 (um centavo)*.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. *Será adotado* para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



7.11.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



7.19.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1 empresas brasileiras;



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



7.22.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1 conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



- 8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.12.1 Para verificação da conformidade dos medicamentos, o Pregoeiro contará com o auxílio da equipe de apoio composta pelos Farmacêuticos da Unidade, que emitirá Parecer Técnico, por meio da análise do cumprimento das exigências documentais com base no estabelecido pela legislação sanitária vigente e em respeito à Lei nº 14.133/2021.
 - 8.12.2 Poderão ser considerados, para emissão do Parecer Técnico, os registros de Reações Adversas a Medicamentos (RAM) e os registros de Queixas Técnicas (QT) em análise, deliberadas pelas Comissões de Farmacovigilância e enviadas a Câmara Técnica de Farmácia das Unidades Federais de Saúde.
 - 8.12.3 Caso haja dúvida na documentação apresentada pela licitante, o Pregoeiro poderá, em qualquer fase, com suporte técnico de um farmacêutico, em sede de diligência, consultar o endereço eletrônico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou utilizar qualquer outro meio pertinente para esclarecimentos.
- 8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. *Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, todos na forma digital, ou por qualquer meio admitido em lei.*

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **podrá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. *Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI/MS) mediante requisição dirigida ao e-mail arlic@into.saude.gov.br.*

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.6 fraudar a licitação;



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de *15 (quinze) dias úteis*, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de *0,5% a 15%* do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de *15% a 30%* do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. *A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica por meio do e-mail arlic@into.saude.gov.br.*
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), *bem como poderá ser consultado no endereço www.into.saude.gov.br.*

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 *Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;*

16.11.3 *Anexo III – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;*

16.11.4 *Anexo IV – Termo de Ciência e concordância;*

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2026.

JOSÉ PAULO GABBI ARAMBURÚ FILHO

Diretor do INTO/SAES/MS

Portaria CC/PR nº 1.123, de 09/09/2025, publicada no D.O.U. de 10/10/2025.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO EM APARTADO



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



COMPLEMENTO ANEXO I

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE SOLICITADA INTO	QUANTIDADE SOLICITADA PELO HFA	QUANTIDADE E TOTAL
1	268252	DIPIRONA 500MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA 2ML	351300	351300	702600
2	267205	DIPIRONA 500MG/ML - SOLUÇÃO ORAL GOTAS - FRASCO 10ML	FRASCO C/ 10ML	1250	1250	2500
3	271746	BACLOFENO 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	61200	61200	122400
4	267643	DEXAMETASONA 0,1% - CREME - BISNAGA 10G	BISNAGA 10G	950	950	1900
5	270590	BETAMETASONA (DIPROPIONATO) 5MG+ BETAMETASONA (FOSFATO) 2MG - INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA 1ML	1000	1000	2000
6	292427	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5ML	AMPOLA 2,5M	7800	7800	15600
7	270220	HIDROCORTISONA 100MG - INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	F / A	6000	6000	12000
8	270219	HIDROCORTISONA 500MG - INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	F / A	600	600	1200
9	267741	PREDNISONA 5MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	10000	10000	20000
10	299690	METILPREDNISOLONA, ACETATO 40MG/ML - SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 2ML	F / A	370	370	740
11	267743	PREDNISONA 20MG COMPRIMIDO COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5400	5400	10800
12	271599	METILPREDNISOLONA, SUCCINATO 500MG - INJETÁVEL - PÓ LIOFILIZADO - FRASCO AMPOLA + DILUENTE	F / A	150	150	300
13	448594	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO 1MG/ML SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 100 ML	FRASCO 100ML	200	200	400
14	271600	METILPREDNISOLONA, SUCCINATO 125MG - INJETÁVEL - PÓ LIOFILIZADO - FRASCO AMPOLA + DILUENTE	F / A	1500	1500	3000
15	267203	DIPIRONA SÓDICA 500MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1511300	1511300	3022600
16	267778	PARACETAMOL 500MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	303700	303700	607400
17	267777	PARACETAMOL GOTAS 200MG /ML - SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 15ML	FRASCO 15ML	150	150	300
18	267676	IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	19500	19500	39000
19	448844	CETOPROFENO 100MG IV PÓ LIOFILIZADO FRASCO AMPOLA	F / A	6100	6100	12200
20	268422	CETOPROFENO 50MG CÁPSULA	CÁPSULA	19400	19400	38800
21	306465	TROMETAMOL CETOROLACO 30MG/ML AMPOLA 1ml	AMPOLA 1M	2050	2050	4100
22	385153	TROMETAMOL CETOROLACO 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	360	360	720
23	271134	IBUPROFENO 20MG/ML - SUSPENSÃO ORAL - FRASCO DE 100ML	FRASCO 100ML	100	100	200
24	434445	HEXACETONIDA DE TRIANCINOLONA 20MG/ML - 1ML - SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	F / A 1ML	500	500	1000



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



ANEXO II
MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PROCESSO Nº 25057.006739/2025-67
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90082/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/XXXX

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, neste ato representado pelo **INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA**, órgão do Ministério da Saúde, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 00.394.544/0212-63, sediado na Avenida Brasil, nº 500, São Cristóvão, CEP 20.940-070, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado por seu Diretor, **JOSÉ PAULO GABBI ARAMBURÚ FILHO**, portador da Matrícula SIAPE nº 185.429-1, autorizado a firmar este instrumento nos termos da Portaria CC/PR nº 1.123, de 09 de setembro de 2025, publicada no D.O.U nº 172, Seção 2, Página 1, de 10 de setembro de 2025 e da Portaria FNS nº 15, de 15 de setembro de 2025, publicada no D.O.U nº 176, Seção 2, Página 55, de 16 de setembro de 2025, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202..., processo administrativo n.º 25057.006739/2025-67, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANALGÉSICOS NÃO NARCÓTICOS (DIPIRONA E OUTROS)**, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, Anexo I do *edital de licitação* n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
	HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS		

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, de xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx, cuja assinatura só poderá ser realizada a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada via Sistema Eletrônico de Informações (SEI/MS) em via única, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes..*

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

PELO INTO:

JOSÉ PAULO GABBI ARAMBURÚ FILHO

Diretor do INTO/SAES/MS

Portaria CC/PR nº 1.123, de 09/09/2025, publicada no D.O.U. de 10/10/2025.

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s):



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



Anexo
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



ANEXO III
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

PROCESSO Nº 25057.006739/2025-67
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90082/2026

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 3 (três) dias úteis*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (*Nota de Empenho*), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



- 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *1 (um) mês*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de *1 (um) mês*.
- 3.1.10 *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;
 - 4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
 - 4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1 *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*
e

5.3.2 *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

- 8.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para dirimir os litígios decorrentes execução contratual que não puderem ser solucionados por meio de conciliação, nos termos do art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA



ANEXO IV
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

PROCESSO Nº 25057.006739/2025-67
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90082/2026

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATO-ORTOPEDIA

Termo de Referência 56/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

56/2026

Status

ASSINADO

250057-INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATO-ORTOPEDIA

Editado por

TIAGO COSTA SIQUEIRA

Atualizado em

22/04/2026 09:24 (v 0.7)

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

Processo Administrativo

25057.006739/2025-67

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PADRONIZADOS (Dipirona 500mg/ml solução injetável, Dipirona 500mg/ml solução oral e Outros)** para atender à demanda da **Área de Farmácia Clínica - AFARCLIN /DISTA**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Cód. MV	CATMAT	Especificação	Unidade	Quantidade Solicitada (ajustada à caixa /embalagem hospitalar)	Quantidade Mínima (-20% da solicitada)	Convênio CONFAZ	Margem de Preferência - Resolução SEGES-CICS/MGI nº 8	
								MedNac	MedIFANac
1	1470031	268252	DIPIRONA 500MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA 2ML	351.300	281.040	Não	5%	10%
2	1470058	267205	DIPIRONA 500MG/ML - SOLUÇÃO ORAL GOTAS - FRASCO 10ML	FRASCO C/ 10ML	1.250	1.000	Não	5%	10%
3	9070068	271746	BACLOFENO 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	61.200	48.960	Não	5%	10%
4	9260010	267643	DEXAMETASONA 0,1% - CREME - BISNAGA 10G	BISNAGA 10G	950	760	Não	NÃO	NÃO

5	9320021	270590	BETAMETASONA (DIPROPIONATO) 5MG+ BETAMETASONA (FOSFATO) 2MG - INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA 1ML	1.000	800	Não	5%	10%
6	9320048	292427	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5ML	AMPOLA 2,5ML	7.800	6.240	Não	NÃO	NÃO
7	9320056	270220	HIDROCORTISONA 100MG - INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	F / A	6.000	4.800	Não	NÃO	NÃO
8	9320064	270219	HIDROCORTISONA 500MG - INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	F / A	600	480	Não	NÃO	NÃO
9	9320080	267741	PREDNISONA 5MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	10.000	8.000	Não	NÃO	NÃO
10	9320102	299690	METILPREDNISOLONA, ACETATO 40MG/ML - SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 2ML	F / A	370	296	Não	5%	10%
11	9320110	267743	PREDNISONA 20MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5.400	4.320	Não	NÃO	NÃO
12	9320137	271599	METILPREDNISOLONA, SUCCINATO 500MG - INJETÁVEL - PÓ LIOFILIZADO - FRASCO AMPOLA + DILUENTE	F / A	150	120	3003.39.99 / 3004.39.99	5%	10%
13	9320145	448594	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO 1MG/ML SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 100 ML	FRASCO 100ML	200	160	Não	5%	10%
14	9320153	271600	METILPREDNISOLONA, SUCCINATO 125MG - INJETÁVEL - PÓ LIOFILIZADO - FRASCO AMPOLA + DILUENTE	F / A	1.500	1.200	Não	5%	10%
15	9470040	267203	DIPIRONA SÓDICA 500MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.511.300	1.209.040	Não	5%	10%

16	9470104	267778	PARACETAMOL 500MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	303.700	242.960	Não	5%	10%
17	9470120	267777	PARACETAMOL GOTAS 200MG/ML - SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 15ML	FRASCO 15ML	150	120	Não	5%	10%
18	9590070	267676	IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	19.500	15.600	Não	5%	10%
19	9590185	448844	CETOPROFENO 100MG IV PÓ LIOFILIZADO FRASCO AMPOLA	F / A	6.100	4.880	Não	5%	10%
20	9590186	268422	CETOPROFENO 50MG CÁPSULA	CÁPSULA	19.400	15.520	Não	5%	10%
21	9590187	306465	TROMETAMOL CETOROLACO 30MG/ML AMPOLA 1ml	AMPOLA 1ML	2.050	1.640	Não	5%	10%
22	9590188	385153	TROMETAMOL CETOROLACO 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	360	288	Não	5%	10%
23	9710014	271134	IBUPROFENO 20MG/ML - SUSPENSÃO ORAL - FRASCO DE 100ML	FRASCO 100ML	100	80	Não	5%	10%
24	9710017	434445	HEXACETONIDA DE TRIANCINOLONA 20MG/ML - 1ML - SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	F / A 1ML	500	400	Não	5%	10%

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 dias contados do aceite da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Na Tabela presente deste ETP, para o(s) item (ns) indicado (s), deverão ser observadas, obrigatoriamente, as disposições constantes no **Convênio ICMS 87/02 – CONFAZ**, notadamente a isenção do recolhimento do ICMS aos órgãos da Administração Pública, conforme Acórdão 1.025/2015-TCU- Plenário.

1.7. Informamos, ainda, que para os itens em destaque na tabela **haverá** aplicabilidade da Margem de Preferência à luz da **Resolução CICS/MGI nº 8, de 31 de março de 2025**.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares Nº 143/2025**, apêndice deste **Termo de Referência**.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:

- Documento de Formalização da Demanda: 42/2024
- ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000051/2025
- Data de publicação no PNCP: 19/07/2024
- Id do item no PCA: 1959-1984
- Classe/Grupo: 6505 – Drogas e Medicamentos
- Identificador da Futura Contratação: 250057-5/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares**, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Destaca-se que o INTO dispõe de Plano de Logística Sustentável (Portaria nº 586, de 22 de Maio de 2023-DOU Edição: 108, Seção: 1, Página: 195) e dentre os objetivos gerais, destacam-se os itens:

3. Racionalizar a aquisição e o uso de recursos (bens, materiais e serviços) para o aprimoramento da gestão dos processos de trabalho, visando à eficiência das despesas públicas e à eficácia do controle executado pelos órgãos de controle;

4. Promover a adequada gestão de resíduos (coleta, tratamento, disposição final e reciclagem), estabelecendo parcerias com instituições especializadas em reciclagem de materiais, visando minimizar e/ou compensar os impactos socioambientais.

4.2. Diante do escopo da atual aquisição, foi realizada a consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 8ª Edição (2025), quanto ao descarte das baterias, bem como a destinação dos equipamentos que se tornarem inservíveis.

4.3. Mesmo considerando que os medicamentos são itens essenciais e de consumo não reutilizável, reciclável ou substituível por alternativas sustentáveis, é possível incluir critérios de sustentabilidade no processo de aquisição. O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 8ª Edição (2025), pode oferecer orientações valiosas nesse sentido. Abaixo estão algumas sugestões de como integrar critérios de sustentabilidade na licitação de medicamentos:

1. Embalagens Sustentáveis

Incentivar ou exigir que os fornecedores utilizem embalagens que minimizem o impacto ambiental. Isso pode incluir:

- Redução de materiais: Embalagens com menor uso de materiais, evitando excessos.
- Materiais recicláveis: Preferência por embalagens feitas de materiais recicláveis.
- Uso de materiais biodegradáveis: Onde for possível, sem comprometer a qualidade do medicamento.

2. Gestão de Resíduos

Critérios para a gestão dos resíduos gerados pelo consumo dos medicamentos:

- Planos de descarte adequado: Exigir que fornecedores ofereçam orientações sobre o descarte seguro e ambientalmente responsável de medicamentos vencidos ou não utilizados.
- Programas de coleta: Implementação de programas de recolhimento de medicamentos vencidos para descarte seguro.

4.4. Quanto à produção de bens, deve-se respeitar sempre que possível e cabível, os seguintes critérios, em conformidade com o art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, a saber:

- a) Que os bens devam ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- b) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Da Vigência da Ata e da Possibilidade de Prorrogação

4.5. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período com renovação de seus quantitativos na forma do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e do Parecer Referencial nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU.

4.6. Em consonância com o disposto no Parecer nº 075/2024/DECOR/CGU /AGU, de 28/01/2024, da Advocacia-Geral da União, expedido dos autos do Processo nº 71000.062490/2024-61, na hipótese de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, haverá a renovação integral do quantitativo originalmente registrado em Ata.

Do Sistema de Registro de Preços (SRP)

4.7. Considerando tratar-se de aquisição de materiais deste Instituto, entendemos que a via adequada é a realização de processo licitatório próprio, na modalidade de Sistema de Registro de Preços (SRP). Isso se deve à inexistência de garantia quanto à disponibilidade dos itens necessários em Intenções de Registro de Preços (IRP) lançadas por outros órgãos, bem como à incerteza sobre o efetivo sucesso desses certames.

4.8. Entretanto, ressaltamos que a participação em IRP's é uma estratégia prevista na Matriz de Gerenciamento de Riscos do INTO, como medida complementar de mitigação de riscos — “Trabalhar com planejamento estratégico (Participações em IRP's)”. Contudo, essa prática, por si só, não é suficiente para atender de forma segura e contínua as demandas regulares deste Instituto.

4.9. Desta forma, a adoção do processo licitatório próprio visa assegurar a regularidade do abastecimento, buscando reduzir os riscos operacionais e garantindo a continuidade dos serviços assistenciais prestados pelo INTO.

Especificação técnica do produto

4.10. Para a aquisição de medicamentos, insumos hospitalares e odontológicos, a contratada deverá atender às seguintes exigências:

- a) Será admitida a oferta de produtos previamente notificados/registrados na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360 de 1976 e Decreto nº 8077 de 2013, e estes devem seguir, necessariamente, os critérios dispostos na RDC/ANVISA nº 751 de 15 de setembro de 2022.

Subcontratação

4.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do **Estudo Técnico Preliminar**.

Do Tratamento diferenciado para ME/EPP

4.13. Diante da necessidade de promover uma análise criteriosa das políticas de reserva de cotas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) em processos licitatórios, bem como o tratamento diferenciado, reconhecemos os desafios inerentes à competitividade dessas empresas. Contudo, após uma avaliação detalhada e considerando o objetivo primordial de garantir a eficiência e a qualidade das empresas contratadas pelo órgão público, sugerimos a não aplicação da reserva de cotas para ME/EPP nos pregões realizados sob nossa responsabilidade.

4.14. Tal sugestão fundamenta-se nos seguintes pontos:

4.14.1. **Necessidade de garantir a qualidade dos serviços:** Embora reconheçamos a importância de promover a participação das ME/EPP nos processos licitatórios, é essencial assegurar que as empresas contratadas sejam capazes de atender plenamente às demandas estabelecidas. A falta de competitividade das ME/EPP pode resultar na contratação de serviços de qualidade inferior, afetando o planejamento da aquisição e os objetivos deste órgão, ocasionando o desabastecimento do estoque e prejudicando o tratamento dos nossos pacientes;

4.14.2. **Risco de fracassos em pregões:** A experiência tem demonstrado que a exclusividade ou aplicação da reserva de cotas para ME/EPP em pregões nem sempre garante o sucesso dessas empresas. Em muitos casos, a falta de capacidade técnica e financeira das ME/EPP pode levá-las a apresentar propostas não competitivas, resultando em fracassos nos pregões e a necessidade de realizar novos processos licitatórios, o que gera custos adicionais e atrasos na contratação dos objetos a serem adquiridos;

4.14.3. **Promoção da concorrência justa e equitativa:** A não exclusividade ou não aplicação da reserva de cotas para ME/EPP não significa uma exclusão dessas empresas dos processos licitatórios. Pelo contrário, nosso objetivo é promover um ambiente de concorrência justa e equitativa, no qual todas as empresas, independentemente de seu porte, tenham a oportunidade de participar e competir em igualdade de condições. Dessa forma, incentivamos as ME/EPP a desenvolverem suas capacidades e se tornarem mais competitivas no mercado, em vez de dependerem de medidas de proteção que podem não ser benéficas em longo prazo. Ressalta-se que seguindo a LC 123/2006, bem como Lei 14.133/2021, será dada margem de preferência às ME/EPP, bem como adotados os critérios de desempate previstos;

4.14.4. **Responsabilidade fiscal e eficiência na aplicação dos recursos públicos:** Como gestores públicos, temos o dever de zelar pela responsabilidade fiscal e pela eficiência na aplicação dos recursos públicos. A reserva de cotas para ME/EPP pode resultar em prejuízos financeiros para o órgão público, caso as empresas contratadas não sejam capazes de cumprir os contratos de forma satisfatória, interferindo negativamente na

salvaguarda da integridade física dos pacientes, cujo diagnóstico e tratamento necessitam dos insumos. Portanto, é nossa responsabilidade garantir que os recursos públicos sejam alocados de forma eficiente e responsável, visando sempre o interesse coletivo;

4.14.5. A lei permite que seja declinado no edital o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte, porém não pode resultar em preço superior ao estabelecido como referência e nem se revelar desvantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado;

4.14.6. Diante da ausência de vantagem econômica para a administração, com base em certames anteriores, da urgência na aquisição do insumo (medicamentos), do impacto causado por eventual desabastecimento por fracasso e deserção do pregão e da complexidade para a aquisição, esta área (AFARCLIN) sugere e solicita a dispensa da reserva de cotas, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006. Entendendo, assim, que a não aplicação da reserva de cotas para ME /EPP em pregões é uma decisão fundamentada na busca pela eficiência, qualidade e responsabilidade na contratação de serviços pelo órgão público.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias**, contados do aceite da Nota de Empenho, mediante requisição.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os medicamentos e/ou Insumos Farmacêuticos deverão ser entregues no Estoque da Área de Farmácia Clínica (AFARCLIN/DISTA) do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia localizado à Avenida Brasil, 500, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.940-070, no horário das 8h às 16h, de segunda a sexta-feira.

5.4. O prazo de validade dos bens ofertados deverá ser de **no mínimo 70% do prazo de validade recomendado pelo fabricante**. Entretanto, em casos específicos, poderão ser aceitos pela Área da Farmácia entregas de medicamentos com prazo de validade inferior, conforme cada caso avaliado, o que dependerá do medicamento solicitado, da posição de estoque, do quantitativo a ser entregue, bem como do consumo do mesmo e desde que previamente solicitado pelo fornecedor através do envio de uma Carta de Comprometimento de Troca.

5.5. Em atendimento ao disposto no **art. 31 da Lei nº. 8.078/1990**, a apresentação do medicamento deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, sobre características, marca procedência, número do lote, qualidade, composição, preço, garantia, prazo de validade, origem e outros, bem como sobre os riscos que apresentarem à saúde e à segurança dos usuários, quando for o caso.

5.6. Os produtos deverão apresentar em suas embalagens secundárias e/ou primárias a expressão "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", conforme disposto no **art. 7º da Portaria nº 2.814 de 29/05/1998/MS - Ministério da Saúde**.

5.7. A contratada deverá substituir, em qualquer época, o medicamento entregue e aceite, desde que fique comprovada a existência de inadequação ao solicitado, somente verificável quando de sua utilização. O prazo para a referida substituição deverá ser de **05 (cinco) dias úteis**, contados da solicitação feita pelo INTO.

5.8. Será obrigatória a comprovação, no momento da entrega do medicamento, da identidade e qualidade de cada lote, mediante laudo de qualidade emitido pelo fabricante nos termos da legislação sanitária conforme exigências do **art.16, inciso II da Lei nº 6.360/1976**.

5.9. Os produtos deverão ser transportados e entregues no INTO, devidamente acondicionados na temperatura exigida por seu fabricante, sob pena de devolução dos mesmos pela Área de Farmácia do INTO.

5.9.1. As empresas distribuidoras devem garantir que o transporte de produtos farmacêuticos seja realizado de acordo com o que determina as **Boas Práticas de Transportes de Produtos Farmacêuticos**.

5.9.2. Caso os produtos sejam devolvidos pelo INTO, a substituição dos mesmos deverá ser realizada no prazo de até **15 (quinze) dias**, contados **a partir da comunicação ao fornecedor registrado**.

5.9.3. A não substituição no prazo de **15 (quinze) dias** constitui motivo para cancelamento da ata de Registro, conforme **art. 28, do Decreto nº 11.462/2023, c/c. art. 137, inciso I da Lei nº 14.133/2021**.

5.9.4. Caberá ao fornecedor registrado arcar com as despesas de embalagem e frete dos produtos a serem substituídos.

5.10. O INTO poderá, durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, mediante decisão da Área de Farmácia, realizar análises laboratoriais de produtos com fundada suspeita de ineficácia, a expensas do fornecedor registrado, em Institutos Oficiais. Caso seja comprovada a ineficácia do medicamento, o fornecedor registrado estará sujeito à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e no edital.

5.11. Em caso de cancelamento de registro ou recolhimento por desvio de qualidade determinados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) compete ao fornecedor registrado o recolhimento e a reposição do medicamento por outro com a mesma apresentação que substitua o item recolhido.

5.12. São motivos que autorizam a prorrogação do prazo de entrega:

5.12.1. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do fornecimento/contrato;

5.12.2. Impedimento da execução do fornecimento/contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e

5.12.3. Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do fornecimento/contrato.

5.13. Fica o fornecedor obrigado a comunicar à Administração, antes do encerramento do prazo de entrega, a ocorrência de quaisquer dos fatos impeditivos narrados acima, que ensejam a prorrogação do prazo de entrega, juntando todos os documentos comprobatórios dos mesmos.

5.14. O setor solicitante receberá as justificativas e documentos comprobatórios oferecidos pelo fornecedor e os submeterá à autoridade competente, para apreciação de sua pertinência e autorização da prorrogação do prazo de entrega.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.15. O prazo de validade dos bens ofertados não poderá ser inferior a do prazo de validade de 12 (Doze) meses declarado pelo fabricante, contados da data de recebimento definitivo.

5.16. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.17. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, a saber:

FUNÇÃO	NOME DO SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA
TITULAR	Roberto Gomes do Nascimento	Farmacêutico	153.307-9
SUBSTITUTO 01	Juliana de Castro Brasil	Farmacêutica	177.223-6
SUBSTITUTO 02	Cleidson Bergami Alves	Farmacêutico	1772178

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias;

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinze por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

- 7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado

possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no **Termo de Referência** e na **proposta**.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8.29. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.30. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

8.31. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

- 8.32. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 8.33. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.34. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.35. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.36. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.37. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.38. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.39. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

9.2. A(s) empresa(s) classificada(s) em primeiro lugar no(s) item(ns) constante(s) deverão encaminhar os documentos abaixo elencados, sob pena de recusa da proposta, a saber:

9.2.1. Publicação no Diário Oficial da União do **registro do produto**, necessário à utilização do objeto deste Termo de Referência no Ministério da Saúde, conforme previsto na Lei nº. 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013.

a) Caso a revalidação do registro não tenha sido publicada no Diário Oficial da União, a empresa deverá apresentar a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial acompanhada do protocolo de revalidação, conforme disposto no art. 12, § 6º da Lei nº. 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013. O pedido deverá ter sido protocolado no prazo previsto no art. 12, § 6º da Lei nº 6.360/1976, a saber, no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade, caso contrário, a empresa será desclassificada;

b) O proponente que cotar materiais isentos de registro deverá apresentar a publicação no Diário Oficial da União da dispensa de registro, conforme previsto na Lei nº 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013.

9.2.2. Como parte das atribuições no planejamento de compras de medicamentos, foi observado um aumento significativo nas solicitações de fornecedores participantes dos pregões para troca de marcas após a homologação do processo licitatório. Esses pedidos de substituição frequentemente envolvem a oferta de

medicamentos de qualidade inferior àquela inicialmente proposta e aprovada, o que pode comprometer a eficácia dos tratamentos e a segurança dos pacientes.

9.2.3. A exigência da carta de solidariedade visa mitigar esses riscos, assegurando que o fornecedor entregue o medicamento da mesma marca homologada no pregão, conforme estabelecido no contrato. Essa carta, assinada pelo fabricante ou distribuidor, compromete todas as partes envolvidas a cumprir rigorosamente os termos acordados, especialmente no que tange à marca do medicamento.

9.2.4. A implementação dessa exigência justifica-se pela necessidade de garantir a qualidade dos produtos fornecidos, mantendo a integridade dos processos licitatórios e assegurando que o interesse público seja atendido. A experiência negativa acumulada, decorrente das solicitações frequentes para substituição de marcas por opções de menor idoneidade, demonstra a importância da carta de solidariedade como uma ferramenta essencial para garantir a execução fiel dos contratos e a entrega dos medicamentos de acordo com as especificações originalmente aprovadas.

9.3. A proposta deverá incluir, em cada item, de forma clara e inequívoca, o FÁRMACO conforme Denominação Comum Brasileira, a apresentação e a forma farmacêutica, o fabricante, a embalagem com o quantitativo do produto ofertado, o número do registro expedido pela ANVISA/MS e a informação se a embalagem primária do medicamento é fracionável e se contém o código de identificação bidimensional para fins de rastreabilidade, conforme previsto pela ANVISA. Não serão admitidas nem aceitas ofertas de medicamentos com especificações diversas da originalmente solicitada neste Termo de Referência;

9.3.1. Publicação no Diário Oficial da União do registro do produto, necessário à utilização do objeto deste Termo de Referência no Ministério da Saúde, conforme previsto na Lei nº. 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013;

a) Caso a revalidação do registro não tenha sido publicada no Diário Oficial da União, a empresa deverá apresentar a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial acompanhada do protocolo de revalidação, conforme disposto no art. 12, § 6º da Lei nº. 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013. O pedido deverá ter sido protocolado no prazo previsto no art. 12, § 6º da Lei nº 6.360/1976, a saber, no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade, caso contrário, a empresa será desclassificada;

b) No caso de MEDICAMENTOS DE NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA constantes na RDC ANVISA nº 199 /2006 e objetos desse processo licitatório, deverão ser apresentadas a notificação de registro válida junto a ANVISA e a cópia do rótulo a fim de permitir a verificação das características técnicas, composição e indicação do produto ofertada;

c) No caso específico da Toxina Botulínica, é necessário que o medicamento biológico tenha registro ativo na ANVISA para tratamento de espasticidade de membros superiores e inferiores em crianças a partir de 2 anos de idade com paralisia cerebral e adultos pós AVC;

d) O proponente que cotar materiais isentos de registro deverá apresentar a publicação no Diário Oficial da União da dispensa de registro, conforme previsto na Lei nº 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013.

9.3.2. Bula completa e atualizada do produto ofertado conforme o registrado na ANVISA/MS. Para os produtos biológicos serão consideradas todas as indicações terapêuticas padronizadas nas Unidades para as quais o fabricante realizou os ensaios clínicos, conforme previsto na RDC ANVISA nº 55/2010;

9.3.3. No caso de medicamentos genéricos, deverá ser apresentado laudo de equivalência farmacêutica, de lote analisado com validade vigente, emitido por laboratório ou centro de equivalência farmacêutica, habilitados pela ANVISA, conforme relação de laboratórios disponível no sítio eletrônico da agência, em acordo com a RDC ANVISA nº 134/2003 e art. 3º da Lei nº 9.787/1999, a fim de permitir a verificação do teor do princípio ativo presente na especialidade farmacêutica;

9.3.4. Para os medicamentos especialmente manipulados, deverá ser apresentado Certificado de Boas práticas de Manipulação de Produtos Estéreis, conforme RDC ANVISA nº 67, de 8 de outubro de 2007.

Forma de fornecimento

9.4. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.14. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar ainda a habilitação jurídica por meio de:

9.14.1. A Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;

9.14.2. A Autorização Especial (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;

9.14.3. A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente (Portaria nº 3.765, de 25 de outubro de 1998).

a) A Licença deverá estar dentro do prazo de validade. Nos Estados ou Municípios em que os órgãos competentes não estabelecem validade para a Licença, deverá ser apresentada a respectiva comprovação legal;

b) Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a proponente deverá apresentar a Licença de Funcionamento do exercício anterior acompanhada do protocolo de revalidação, sendo necessário que esta tenha sido requerida até 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência, conforme disposto no art. 22 do Decreto nº 74.170 /1974;

c) Sendo possível a consulta e obtenção do respectivo documento comprobatório por meio a consulta a sítios oficiais e/ou equivalentes o Pregoeiro poderá diligenciar para tanto.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social **OU** dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de até 10% do valor total estimado da contratação;

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1. A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração de modo que os proponentes apresentem lances realmente competitivos e de acordo sua efetiva capacidade de honrá-los com lucratividade adequada. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. As regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato, quando cabíveis, serão pormenorizadas na Minuta do Edital.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

14.1. As regras aplicáveis ao Termo de Ciência e Concordância, quando cabíveis, serão pormenorizadas na Minuta do Edital.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável pelo Setor Solicitante.

RAQUEL MARTINS DE SOUZA

Farmacêutico



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 09:24:29.

LEANDRO PEREIRA DA SILVA

Agente Administrativo



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 07:43:05.

Despacho: Responsável pela elaboração da Minuta do Termo de Referência.

TIAGO COSTA SIQUEIRA

Agente Administrativo



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 18:32:15.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATO-ORTOPEDIA

Estudo Técnico Preliminar 143/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25057.006739/2025-67

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo refere-se à necessidade de aquisição de medicamentos padronizados **(ANALGÉSICOS NÃO NARCÓTICOS)** para o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, para atender às demandas da Área de Farmácia Clínica, da Divisão de Serviços Técnicos Auxiliares (DISTA/COASS/INTO).

O Instituto atende, exclusivamente, pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) e se destaca como um centro de excelência no tratamento de doenças e traumas ortopédicos, de média e alta complexidade, havendo a necessidade crescente da busca pela garantia da qualidade dos serviços prestados.

Com o intuito de proporcionar à população, assistência à saúde de qualidade, este ETP objetiva o atendimento às necessidades de consumo dos pacientes assistidos neste Instituto, bem como o reabastecimento do estoque da respectiva Farmácia Hospitalar.

As condições de dor crônica inflamatória exigem o emprego de fármacos que reduzem a resposta inflamatória. Esses agentes podem corrigir o distúrbio inflamatório subjacente (tratamento modificador da doença) e também reduzir a dor. Para tanto, são utilizados anti-inflamatórios não-esteroidais (AINEs), glicocorticoides (GC) e analgésicos.

Os AINEs são os fármacos mais amplamente empregados no tratamento da dor. Para o tratamento das síndromes de dor clínica, pode ser confuso diagnosticar para determinar o tratamento ideal, pela ampla possibilidade de origens das condições de dor, e o tratamento efetivo exige habitualmente o uso de múltiplos fármacos (polifarmácia) para obter o efeito terapêutico ideal e reduzir os efeitos adversos.

Como exemplo das classes mais importantes de AINEs, podemos citar os salicilatos (ácido acetilsalicílico ou acetilsalicilato), os derivados do ácido indolacético (indometacina), do ácido pirrol acético (diclofenaco), do ácido propiônico (ibuprofeno) e as benzotiazinas (piroxicam). Os paraminofenóis (paracetamol) constituem uma classe de compostos com atividade analgésica e antipirética, porém sem atividade anti-inflamatória.

Um GC exógeno pode ser administrado com intuito de obter ação anti-inflamatória e/ou imunossupressora através da ampliação dos seus mecanismos de ação fisiológicos. O esquema posológico a ser escolhido varia de acordo com a gravidade da doença de base apresentada pelo paciente, com a presença de comorbidades, com a via de administração e com o fármaco disponível.

Diante da extensa ação destes agentes, a garantia de abastecimento promove a capacidade de recursos terapêuticos indispensáveis para um hospital ortopédico, o qual recebe pacientes que, em sua maioria, necessitam deste tipo de tratamento.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Área de Farmácia Clínica (AFARCLIN / DISTA / COASS / INTO)	Raquel Martins de Souza

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O objeto da contratação pretendida não envolve complexidade técnica, tratando-se de objeto comum na prática das contratações públicas (MEDICAMENTOS). Os itens do processo encontram-se com a descrição completa e detalhada, englobando todas as informações necessárias mantendo a clareza no que está sendo solicitado.

Informações sobre o prazo de entrega do material e outras exigências, estarão especificadas no Termo de Referência. Qualquer despesa inerente ao processo de logística para entrega do material ficará sob a responsabilidade do fornecedor registrado.

As empresas distribuidoras devem garantir que o transporte de produtos farmacêuticos seja realizado de acordo com o que determina as Boas Práticas de Transportes de Produtos Farmacêuticos, conforme RDC Nº 430, de 08 de outubro de 2020.

Ressalta-se que o quantitativo solicitado para os itens, é feito de acordo com a demanda deste Instituto, para atendimento, ao longo de 12 meses, com entregas parceladas, conforme forem ocorrendo as necessidades da Unidade, sendo impossível discriminar previamente as respectivas parcelas, prazos e condições.

A aquisição será por item, e as quantidades mínimas que cada licitante poderá cotar encontram-se especificadas, em planilha, neste ETP, nos termos do que dispõe o art. 15º, inciso II do Decreto nº 11.462/2023.

O prazo de validade dos bens ofertados deverá ser de **no mínimo 70% (setenta por cento) do prazo de validade recomendado pelo fabricante**. Entretanto, em casos específicos, poderão ser aceitos pela Área de Farmácia, entregas de medicamentos com prazo de validade inferior, conforme cada caso avaliado, o que dependerá do medicamento solicitado, da posição de estoque, do quantitativo a ser entregue, bem como do consumo do mesmo e desde que previamente solicitado pelo fornecedor através do envio de uma **Carta de Comprometimento de Troca**.

4.1 DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

Diante da necessidade de promover uma análise criteriosa das políticas de reserva de cotas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) em processos licitatórios, bem como o tratamento diferenciado, reconhecemos os desafios inerentes à competitividade dessas empresas. Contudo, após uma avaliação detalhada e considerando o objetivo primordial de garantir a eficiência e a qualidade das empresas contratadas pelo órgão público, sugerimos a

não aplicação da reserva de cotas para ME/EPP nos pregões realizados sob nossa responsabilidade.

Tal sugestão fundamenta-se nos seguintes pontos:

Necessidade de garantir a qualidade dos serviços: Embora reconheçamos a importância de promover a participação das ME/EPP nos processos licitatórios, é essencial assegurar que as empresas contratadas sejam capazes de atender plenamente às demandas estabelecidas. A falta de competitividade das ME/EPP pode resultar na contratação de serviços de qualidade inferior, afetando o planejamento da aquisição e os objetivos deste órgão, ocasionando o desabastecimento do estoque e prejudicando o tratamento dos nossos pacientes.

Risco de fracassos em pregões: A experiência tem demonstrado que a exclusividade ou aplicação da reserva de cotas para ME/EPP em pregões nem sempre garante o sucesso dessas empresas. Em muitos casos, a falta de capacidade técnica e financeira das ME/EPP pode levá-las a apresentar propostas não competitivas, resultando em fracassos nos pregões e a necessidade de realizar novos processos licitatórios, o que gera custos adicionais e atrasos na contratação dos objetos a serem adquiridos.

Promoção da concorrência justa e equitativa: A não exclusividade ou não aplicação da reserva de cotas para ME/EPP não significa uma exclusão dessas empresas dos processos licitatórios. Pelo contrário, nosso objetivo é promover um ambiente de concorrência justa e equitativa, no qual todas as empresas, independentemente de seu porte, tenham a oportunidade de participar e competir em igualdade de condições. Dessa forma, incentivamos as ME/EPP a desenvolverem suas capacidades e se tornarem mais competitivas no mercado, em vez de dependerem de medidas de proteção que podem não ser benéficas em longo prazo. Ressalta-se que seguindo a LC 123/2006, bem como Lei 14.133/2021, será dada margem de preferência às ME/EPP, bem como adotados os critérios de desempate previstos.

Responsabilidade fiscal e eficiência na aplicação dos recursos públicos: Como gestores públicos, temos o dever de zelar pela responsabilidade fiscal e pela eficiência na aplicação dos recursos públicos. A reserva de cotas para ME/EPP pode resultar em prejuízos financeiros para o órgão público, caso as empresas contratadas não sejam capazes de cumprir os contratos de forma satisfatória, interferindo negativamente na salvaguarda da integridade física dos pacientes, cujo diagnóstico e tratamento necessitam dos insumos. Portanto, é nossa responsabilidade garantir que os recursos públicos sejam alocados de forma eficiente e responsável, visando sempre o interesse coletivo.

A lei permite que seja declinado no edital o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte, porém não pode resultar em preço superior ao estabelecido como referência e nem se revelar desvantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

Diante da ausência de vantagem econômica para a administração, com base em certames anteriores, da urgência na aquisição do insumo (medicamentos), do impacto causado por eventual desabastecimento por fracasso e deserção do pregão e da complexidade para a aquisição, esta área (AFARCLIN) sugere e solicita a dispensa da reserva de cotas, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006. Entendendo, assim, que a não aplicação da reserva de cotas para ME /EPP em pregões é uma decisão fundamentada na busca pela eficiência, qualidade e responsabilidade na contratação de serviços pelo órgão público.

4.2 DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E PAGAMENTO SEMELHANTES ÀS DO SETOR PRIVADO

Esclarecemos que a administração estará atenta e observará o teor do artigo 40 da Lei 14.133/21 sempre que se fizer necessário, buscando a equiparação das práticas do setor público às do setor privado, especialmente no que diz respeito à aquisição e ao pagamento. No entanto, é importante ressaltar que essa observância também se dará em consonância com os princípios contábeis e legais que regem a administração pública, como os dispostos nos artigos 62 e 63 da Lei 4.320/64. Estes artigos estabelecem que a administração só possa remunerar o particular após a execução de sua obrigação, garantindo assim a segurança da despesa pública. Portanto, a administração considerará tanto as disposições do artigo 40 quanto as regras contábeis e legais aplicáveis, de modo a realizar suas compras públicas de forma eficiente e em conformidade com a legislação vigente.

4.3 DA EXIGÊNCIA DA CARTA DE SOLIDARIEDADE

Como parte das atribuições no planejamento de compras de medicamentos, foi observado um aumento significativo nas solicitações de fornecedores participantes dos pregões para troca de marcas após a homologação do processo licitatório. Esses pedidos de substituição frequentemente envolvem a oferta de medicamentos de qualidade inferior àquela inicialmente proposta e aprovada, o que pode comprometer a eficácia dos tratamentos e a segurança dos pacientes.

A exigência da carta de solidariedade visa mitigar esses riscos, assegurando que o fornecedor entregue o medicamento da mesma marca homologada no pregão, conforme estabelecido no contrato. Essa carta, assinada pelo fabricante ou distribuidor, compromete todas as partes envolvidas a cumprir rigorosamente os termos acordados, especialmente no que tange à marca do medicamento.

A implementação dessa exigência justifica-se pela necessidade de garantir a qualidade dos produtos fornecidos, mantendo a integridade dos processos licitatórios e assegurando que o interesse público seja atendido. A experiência negativa acumulada, decorrente das solicitações frequentes para substituição de marcas por opções de menor idoneidade, demonstra a importância da carta de solidariedade como uma ferramenta essencial para garantir a execução fiel dos contratos e a entrega dos medicamentos de acordo com as especificações originalmente aprovadas.

4.4 DA VIGÊNCIA DA ATA E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

A vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período com renovação de seus quantitativos na forma do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e do Parecer Referencial nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU.

Em consonância com o disposto no Parecer nº 075/2024/DECOR/CGU/AGU, de 28/01/2024, da Advocacia-Geral da União, expedido dos autos do Processo nº 71000.062490/2024-61, na hipótese de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, haverá a renovação integral do quantitativo originalmente registrado em Ata.

4.5 DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

Considerando tratar-se de aquisição de materiais deste Instituto, entendemos que a via adequada é a realização de processo licitatório próprio, na modalidade de Sistema de Registro de Preços (SRP). Isso se deve à inexistência de garantia quanto à disponibilidade dos itens necessários em Intenções de Registro de Preços (IRP) lançadas por outros órgãos, bem como à incerteza sobre o efetivo sucesso desses certames.

Entretanto, ressaltamos que a participação em IRP's é uma estratégia prevista na Matriz de Gerenciamento de Riscos do **INTO**, como medida complementar de mitigação de riscos — “Trabalhar com planejamento estratégico (Participações em IRP's)”. Contudo, essa prática, por si só, não é suficiente para atender de forma segura e contínua as demandas regulares deste Instituto.

Desta forma, a adoção do processo licitatório próprio visa assegurar a regularidade do abastecimento, buscando reduzir os riscos operacionais e garantindo a continuidade dos serviços assistenciais prestados pelo **INTO**.

5. Levantamento de Mercado

Os descritivos dos itens foram revisados pela área técnica responsável a fim de atualizar com o que há disponível no mercado, atendendo à necessidade do **INTO** e permitindo a competição do certame.

No que tange à compra de medicamentos, ressalta-se que, embora a natureza da aquisição seja de produtos farmacêuticos, a complexidade na elaboração do plano de levantamento é mínima. Tal afirmativa baseia-se no seguinte entendimento:

Natureza dos Produtos: Medicamentos, por sua própria natureza, são produtos padronizados e amplamente disponíveis no mercado. A descrição técnica dos medicamentos necessários para esta aquisição é clara e direta, facilitando a identificação e especificação dos itens requeridos.

Padronização das Quantidades: É importante observar que os itens listados para a aquisição foram ajustados às quantidades comumente encontradas em caixas ou embalagens hospitalares. Esta padronização simplifica significativamente o processo de levantamento de mercado, uma vez que as quantidades necessárias podem ser facilmente traduzidas em unidades comerciais padrão.

Disponibilidade de Fornecedores: Devido à ampla demanda e oferta de medicamentos, há uma vasta rede de fornecedores e distribuidores disponíveis no mercado. Isso contribui para a facilidade de obtenção de cotações e propostas competitivas, tornando o processo de levantamento de mercado ainda mais direto e eficiente.

Reforçando que as especificações dos medicamentos foram feitas com a utilização de termos essenciais, evitando detalhes supérfluos ou desnecessários e especificações exclusivas, pois para descrever as substâncias farmacêuticas por um nome genérico, consultamos a DCB - Denominação Comum Brasileira, construída conforme regras de nomenclaturas estabelecidas e aprovadas pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, autarquia responsável pela Vigilância Sanitária. Consultamos e utilizamos internamente, também como referência, o CATMAT (Catálogo de Material) através de consulta no Portal de Compras.

Desse modo, não identificamos outra solução de mercado possível, além da aquisição dos insumos necessários para continuidade da assistência aos pacientes que dependam desse tipo de cuidado, de forma a garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente e confiável.

Tendo em vista a impossibilidade de prever a quantidade exata de material a ser efetivamente utilizada em um período de 12 meses, a necessidade de entregas parceladas e a possibilidade de oferecer a outros órgãos da Administração Pública a participação na futura Licitação, favorecendo, assim, o princípio da economicidade pelo ganho de escala da aquisição, a pretendida aquisição deverá ocorrer pela Modalidade Pregão Eletrônico, utilizando-se o procedimento de Sistema de Registro de Preços. O critério de julgamento será o de menor preço, desde que os materiais atendam aos requisitos técnicos mínimos exigidos por este Estudo, pelo Termo de Referência e pelo Edital.

Portanto, com base na natureza padronizada dos medicamentos, na simplificação proporcionada pelo ajuste das quantidades às embalagens hospitalares e na ampla disponibilidade de fornecedores, concluímos a etapa de levantamento de mercado para esta aquisição de forma objetiva e direta.

6. Descrição da solução como um todo

A solução encontrada diante do exposto foi a de aquisição medicamentos padronizados, itens facilmente encontrados no mercado consumidor (ex.: outras unidades de saúde pública e privada) e no mercado fornecedor, para o uso regular na Área de Farmácia, em todas as Unidades de Internação, Salas do Centro Cirúrgico, Ambulatório e demais programas de pesquisa deste Instituto, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A contratação destina-se à reposição do estoque de medicamentos do INTO e a quantidade a ser contratada foi calculada prioritariamente a partir da maior média do consumo trimestral, considerando a média da série histórica dos últimos 12 (doze) meses, multiplicada por 18 (dezoito) meses, sendo 12 (doze) de vigência da Ata e 6 (seis) meses equivalentes ao Ponto de Ressuprimento (Pr), em consequência do prazo de tramitação dos processos licitatórios, visando, desta forma, maior segurança aos nossos estoques.

Os quantitativos unitários estão apresentados na Tabela abaixo:

								Margem de Preferência - Resolução SEGES-CICS /MGI nº 8	
Item	Cód. Mv	CATMAT	Especificação	Unidade	Quantidade Solicitada (ajustada à	Quantidade Mínima (-20% da	Convênio CONFAZ	MedNac	MedIFANac

					caixa /embalagem hospitalar)	solicitada)			
1	1470031	268252	DIPIRONA 500MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA 2ML	351.300	281.040	Não	5%	10%
2	1470058	267205	DIPIRONA 500MG/ML - SOLUÇÃO ORAL GOTAS - FRASCO 10ML	FRASCO C/ 10ML	1.250	1.000	Não	5%	10%
3	9070068	271746	BACLOFENO 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	61.200	48.960	Não	5%	10%
4	9260010	267643	DEXAMETASONA 0,1% - CREME - BISNAGA 10G	BISNAGA 10G	950	760	Não	NÃO	NÃO
5	9320021	270590	BETAMETASONA (DIPROPIONATO) 5MG+ BETAMETASONA (FOSFATO) 2MG - INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA 1ML	1.000	800	Não	5%	10%
6	9320048	292427	DEXAMETASONA 4MG /ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5 ML	AMPOLA 2,5 ML	7.800	6.240	Não	NÃO	NÃO
7	9320056	270220	HIDROCORTISONA 100MG - INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	F / A	6.000	4.800	Não	NÃO	NÃO
8	9320064	270219	HIDROCORTISONA 500MG - INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	F / A	600	480	Não	NÃO	NÃO
9	9320080	267741	PREDNISONA 5MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	10.000	8.000	Não	NÃO	NÃO
10	9320102	299690	METILPREDNISOLONA, ACETATO 40MG/ML - SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 2ML	F / A	370	296	Não	5%	10%
11	9320110	267743	PREDNISONA 20MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5.400	4.320	Não	NÃO	NÃO
12	9320137	271599	METILPREDNISOLONA, SUCCINATO 500MG - INJETÁVEL - PÓ LIOFILIZADO - FRASCO AMPOLA + DILUENTE	F / A	150	120	3003.39.99 / 3004.39.99	5%	10%
13	9320145	448594	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO 1MG /ML SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 100 ML	FRASCO 100ML	200	160	Não	5%	10%
14	9320153	271600	METILPREDNISOLONA, SUCCINATO 125MG - INJETÁVEL - PÓ LIOFILIZADO - FRASCO AMPOLA + DILUENTE	F / A	1.500	1.200	Não	5%	10%
15	9470040	267203	DIPIRONA SÓDICA 500MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.511.300	1.209.040	Não	5%	10%
16	9470104	267778	PARACETAMOL 500MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	303.700	242.960	Não	5%	10%
17	9470120	267777	PARACETAMOL GOTAS 200MG/ML - SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 15ML	FRASCO 15ML	150	120	Não	5%	10%

18	9590070	267676	IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	19.500	15.600	Não	5%	10%
19	9590185	448844	CETOPROFENO 100MG IV PÓ LIOFILIZADO FRASCO AMPOLA	F / A	6.100	4.880	Não	5%	10%
20	9590186	268422	CETOPROFENO 50MG CÁPSULA	CÁPSULA	19.400	15.520	Não	5%	10%
21	9590187	306465	TROMETAMOL CETOROLACO 30MG /ML AMPOLA 1ml	AMPOLA 1ML	2.050	1.640	Não	5%	10%
22	9590188	385153	TROMETAMOL CETOROLACO 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	360	288	Não	5%	10%
23	9710014	271134	IBUPROFENO 20MG/ML - SUSPENSÃO ORAL - FRASCO DE 100ML	FRASCO 100ML	100	80	Não	5%	10%
24	9710017	434445	HEXACETONIDA DE TRIANCINOLONA 20MG /ML - 1ML - SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	F / A 1ML	500	400	Não	5%	10%

Convênio CONFAZ

Na Tabela presente deste ETP, para o(s) item(s) indicado(s), deverão ser observadas, obrigatoriamente, as disposições constantes no **Convênio ICMS 87/02 – CONFAZ**, notadamente a isenção do recolhimento do ICMS aos órgãos da Administração Pública, conforme Acórdão 1.025/2015-TCU- Plenário.

Margem de Preferência - Resolução SEGES-CICS/MGI nº 8

Informamos, ainda, que para os itens em destaque na tabela **haverá** aplicabilidade da Margem de Preferência à luz da **Resolução CICS/MGI nº 8, de 31 de março de 2025**.

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Adoção do orçamento sigiloso, sob a justificativa de que a não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração de modo que os proponentes apresentem lances realmente competitivos e de acordo sua efetiva capacidade de honrá-los com lucratividade adequada. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração, atendendo ao artigo 24º, da Lei 14.133/2021]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

No certame licitatório será adotado o padrão de parcelamento da solução, garantindo assim uma maior competitividade entre os concorrentes e, conseqüentemente, maior vantajosidade à esta Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem outras contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente aquisição tem previsão no Plano Anual de Contratações (PAC) do INTO para o ano de 2025 e está alinhada aos objetivos estratégicos do Instituto, conforme dados abaixo:

- Documento de Formalização da Demanda: 42/2024
- ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000051/2025
- Data de publicação no PNCP: 19/07/2024
- Id do item no PCA: 1959-1984
- Classe/Grupo: 6505 – Drogas e Medicamentos
- Identificador da Futura Contratação: 250057-5/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O benefício a ser alcançado com a contratação é o abastecimento dos estoques do **INTO** pelo período de 12 meses, garantindo, assim, o atendimento aos pacientes e setores que necessitam dos insumos relacionados neste Estudo.

Dadas às peculiaridades apontadas e o fato do **INTO** ser um centro de referência nacional, existe a necessidade de ampla gama de recursos materiais para que a especialidade possa ser executada com excelência e segurança envolvendo todos os recursos tecnológicos disponíveis.

Essa análise avulta-se como imprescindível por se tratar de materiais a serem empregados no tratamento de pessoas, cuja ausência poderá colocar em risco suas vidas, além da necessidade de abastecimento dos estoques deste hospital. Sendo assim, os benefícios diretos e indiretos relacionam-se essencialmente com a salvaguarda da integridade física dos pacientes, cujo diagnóstico e tratamento necessitam dos materiais.

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias providências ou ajustes institucionais especiais para a viabilidade de utilização do objeto contratado após contratação pretendida.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Destaca-se que o INTO dispõe de Plano de Logística Sustentável (Portaria nº 586, de 22 de Maio de 2023-DOU Edição: 108, Seção: 1, Página: 195) e dentre os objetivos gerais, destacam-se os itens:

3. Racionalizar a aquisição e o uso de recursos (bens, materiais e serviços) para o aprimoramento da gestão dos processos de trabalho, visando à eficiência das despesas públicas e à eficácia do controle executado pelos órgãos de controle;

4. Promover a adequada gestão de resíduos (coleta, tratamento, disposição final e reciclagem), estabelecendo parcerias com instituições especializadas em reciclagem de materiais, visando minimizar e/ou compensar os impactos socioambientais;

Diante do escopo da atual aquisição, foi realizada a consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 8ª Edição (2025), quanto ao descarte das baterias, bem como a destinação dos equipamentos que se tornarem inservíveis.

Mesmo considerando que os medicamentos são itens essenciais e de consumo não reutilizável, reciclável ou substituível por alternativas sustentáveis, é possível incluir critérios de sustentabilidade no processo de aquisição. O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 8ª Edição (2025), pode oferecer orientações valiosas nesse sentido. Abaixo estão algumas sugestões de como integrar critérios de sustentabilidade na licitação de medicamentos:

1. Embalagens Sustentáveis

Incentivar ou exigir que os fornecedores utilizem embalagens que minimizem o impacto ambiental. Isso pode incluir:

- Redução de materiais: Embalagens com menor uso de materiais, evitando excessos.
- Materiais recicláveis: Preferência por embalagens feitas de materiais recicláveis.
- Uso de materiais biodegradáveis: Onde for possível, sem comprometer a qualidade do medicamento.

2. Gestão de Resíduos

Critérios para a gestão dos resíduos gerados pelo consumo dos medicamentos:

- Planos de descarte adequado: Exigir que fornecedores ofereçam orientações sobre o descarte seguro e ambientalmente responsável de medicamentos vencidos ou não utilizados.
- Programas de coleta: Implementação de programas de recolhimento de medicamentos vencidos para descarte seguro.

Quanto à produção de bens, deve-se respeitar sempre que possível e cabível, os seguintes critérios, em conformidade com o art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, a saber:

a) Que os bens devam ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

b) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromohexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de Planejamento da Contratação considera a aquisição viável e necessária, pois visa abastecer os estoques do INTO pelo período de 12 meses, garantindo, assim, o atendimento aos pacientes e setores que necessitam dos insumos relacionados neste Estudo.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável pela Área Técnica AFARCLIN

RAQUEL MARTINS DE SOUZA

Farmacêutico



Assinou eletronicamente em 27/01/2026 às 10:15:17.

Despacho: Responsável pela elaboração do ETP

LEANDRO PEREIRA DA SILVA

Agente Administrativo



Assinou eletronicamente em 19/01/2026 às 09:19:21.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I -
RELATORIO_DE_CALCULO_DO_PLANEJAMENTO_E_RELATORIOS_DE_AVALIACAO___ANALGESICOS_NA
- Anexo II - E_MAIL_ARDOR___AREA_DEMANDANTE.pdf (57.58 KB)

AQUISIÇÃO 2025 - Analgésicos Não Narcóticos											
Relatório de Avaliação de Material - Consumo Médio Mensal (Maior Média de Consumo Trimestral - PERÍODO 12 MESES) / AJUSTADA / MÍNIMA / CMM											
Item	Cód. Mv	CATMAT (Cód. BR)	Especificação	Unidade	Maior Média de Consumo Trimestral	Quantidade solicitada (18 MESES)	Quantidade solicitada (ajustada à caixa/embalagem hospitalar)	Quantidade Mínima (- 20% da solicitada)	CMM	CONVÊNIO CONFAZ	Observação
1	1470031	268252	DIPIRONA 500MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML	AMPOLA 2 ML	19.512,33	351.221,94	351.300	281.040,00	18.547,67	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
2	1470058	267205	DIPIRONA 500MG/ML - SOLUÇÃO ORAL GOTAS - FRASCO 10ML	FRASCO C/10ML	69,33	1.247,94	1.250	1.000,00	58,67	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
3	9070068	271746	BACLOFENO 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	3.398,33	61.169,94	61.200	48.960,00	3.194,25	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
4	9260010	267643	DEXAMETASONA 0,1% - CREME - BISNAGA 10G	BISNAGA 10G	52,67	948,06	950	760,00	42,33	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
5	9320021	270590	BETAMETASONA (DIPROPIONATO) 5MG+ BETAMETASONA (FOSFATO) 2MG - INJETÁVEL - AMPOLA 1ML	AMPOLA 1ML	54,00	972,00	1.000	800,00	45,75	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
6	9320048	292427	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5ML	AMPOLA 2,5ML	433,33	7.799,94	7.800	6.240,00	399,17	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
7	9320056	270220	HIDROCORTISONA 100MG - INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	F / A	328,33	5.909,94	6.000	4.800,00	246,33	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
8	9320064	270219	HIDROCORTISONA 500MG - INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	F / A	32,33	581,94	600	480,00	29,58	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
9	9320080	267741	PREDNISONA 5MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	533,67	9.606,06	10.000	8.000,00	333,75	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
10	9320102	299690	METILPREDNISOLONA, ACETATO 40MG/ML - SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 2ML	F / A	20,33	365,94	370	296,00	16,83	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
11	9320110	267743	PREDNISONA 20MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	300,33	5.405,94	5.400	4.320,00	189,58	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
12	9320137	271599	METILPREDNISOLONA, SUCCINATO 500MG - INJETÁVEL - PÓ LIOFILIZADO - FRASCO AMPOLA + DILUENTE	F / A	6,00	108,00	150	120,00	2,67	3003.39.99/ 3004.39.99	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
13	9320145	448594	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO 1MG/ML SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 100 ML	FRASCO 100ML	0,00	0,00	200	160,00	0,00	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar. Quantidade utilizada do processo de 2024, devido consumo muito baixo
14	9320153	271600	METILPREDNISOLONA, SUCCINATO 125MG - INJETÁVEL - PÓ LIOFILIZADO - FRASCO AMPOLA + DILUENTE	F / A	83,67	1.506,06	1.500	1.200,00	65,33	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
15	9470040	267203	DIPIRONA SÓDICA 500MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	43.957,33	791.231,94	1.511.300	1.209.040,00	38.824,92	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar. Aumentado o quantitativo devido a solicitação da área demandante, conforme e-mail anexado ao processo
16	9470104	267778	PARACETAMOL 500MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	16.871,67	303.690,06	303.700	242.960,00	15.329,17	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
17	9470120	267777	PARACETAMOL GOTAS 200MG/ML - SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 15ML	FRASCO 15ML	7,00	126,00	150	120,00	5,50	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
18	9590070	267676	IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.081,67	19.470,06	19.500	15.600,00	922,42	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
19	9590185	448844	CETOPROFENO 100MG IV PÓ LIOFILIZADO FRASCO AMPOLA	F / A	336,00	6.048,00	6.100	4.880,00	236,08	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
20	9590186	268422	CETOPROFENO 50MG CÁPSULA	CÁPSULA	1.074,00	19.332,00	19.400	15.520,00	724,25	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
21	9590187	306465	TROMETAMOL CETOROLACO 30MG/ML AMPOLA 1ML	AMPOLA 1ML	112,67	2.028,06	2.050	1.640,00	66,67	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
22	9590188	385153	TROMETAMOL CETOROLACO 10MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	20,00	360,00	360	288,00	7,50	Não	Quantidade ajustada à caixa/embalagem hospitalar
23	9710014	271134	IBUPROFENO 20MG/ML - SUSPENSÃO ORAL - FRASCO DE 100ML	FRASCO 100ML	0,00	0,00	100	80,00	0,00	Não	Não há histórico de consumo para o período selecionado. Copiado o quantitativo do processo de 2024
24	9710016	296389	CETOPROFENO XAROPE 1MG/ML FR. 150ML	FRASCO 150ML	0,00	0,00	650	520,00	0,00	Não	Não há histórico de consumo para o período selecionado. Copiado o quantitativo do processo de 2024
25	9710017	434445	HEXACETONIDA DE TRIANCINOLONA 20MG/ML- 1 ML -SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA	F/A 1ML	0,00	0,00	500	400,00	0,00	Não	Sem histórico de consumo. Medicamento novo, recém padronizado, conforme formulário de solicitação de padronização anexado ao processo.



DADOS DO PRODUTO

BACLOFENO 10MG COMPRIMIDO

Produto: 9070068 Código BR: 271746 Unidade: COMPRIMIDO

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

BACLOFENO 10MG COMPRIMIDO

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
130800		6,72

Estoque Atual
Total 21456

FARMACIA - AMBULATÓRIO	3600
FARMACIA CENTRAL	1300
FARMACIA - GRANDES VOLUME	16000
FARMACIA - FRACIONADOS	400
FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA	6
FARMACIA - DISPENSAÇÃO	142
FARMACIA - 6º SAT-DISPENSAC	8

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	2024			06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
2989	2912	3769	3129	2813	3324	2653	2903	3644	3630	3125	3440
3.223,33			3.088,67			3.066,67			3.398,33		
3.156,00						3.232,50					
CMM Anual:			3.194,25	CMM 3 Anos:			3.032,00	CMM 5 Anos:			1.992,82

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
ESTEVIA DIST. MED. EIRELLI	Preg. Eletr.	0045162023	24/01/2024	30/01/2025	80000	6000	74000	0,12
MEDFUTURA DISTR DE MED E PROD DE SAUDE	Preg. Eletr./RP	0128452024	03/12/2024	04/12/2025	56800	0	56800	0,12

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
8092	0128452024	31/10/2024	04/12/2025	56800	0,12	6.816,00
7703	0045162023	24/11/2023	30/01/2025	80000	0,12	9.600,00
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	113050	0,12	13.566,00
7111	0113592021	27/10/2021	21/01/2023	113050	0,28	31.654,00
6891	0218992020	30/11/2021	14/02/2023	54500	0,09	4.905,00
3917	0035532013	17/01/2014	27/03/2014	120000	0,32	38.400,00
3128	0052142011	23/07/2012	22/10/2012	99330	0,18	17.879,40
2041	0038132009	29/07/2010	17/09/2010	87000	0,25	21.750,00
1774	0012202009	14/08/2009	14/10/2009	22000	0,13	2.860,00
1657	0036852008	12/03/2009	05/05/2009	25000	0,13	3.250,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdock	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	56800	0,00
7946	19/02/2024	0053812022		9589499	Não Informado	40450	0,00
7861	27/09/2023	0105482023		9589418	Não Informado	29500	0,00
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	80000	0,15
7619	12/12/2022	0086482021		9589211	Não Informado	40450	0,00
7427	06/05/2022	0110952021		9589022	Não Informado	39616	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	113050	0,31
7160	06/09/2021	0082292021		9588777	Não Informado	40450	0,00
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	113050	0,28
6891	10/12/2020	0218992020	1582021	9588673	Preg. Eletr./RP	54500	0,29
6275	06/02/2020	0076772019	612021	9588462	Preg. Eletr.	59000	0,32

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vl.Unitário	Qt.Entrada
122082	06/12/2024	ESTEVIA DIST. MED. EIRELLI		0,11	15000
120974	27/09/2024	ESTEVIA DIST. MED. EIRELLI		0,11	15000
117874	06/06/2024	ESTEVIA DIST. MED. EIRELLI		0,11	10000

115900	28/03/2024	ESTEVIA DIST. MED. EIRELLI	0,12	6000
115125	21/02/2024	ESTEVIA DIST. MED. EIRELLI	0,12	5000
112289	16/10/2023	ESSENCIAL RIO DIST. PROD. MEDICOS HOSP.	0,12	10000
110722	23/08/2023	ESSENCIAL RIO DIST. PROD. MEDICOS HOSP.	0,12	12000
103365	25/01/2023	ATHOS RIO PRODUTOS MEDI HOSP EIRELI	0,09	20000
92963	22/02/2022	ATHOS RIO PRODUTOS MEDI HOSP EIRELI	0,10	36440
89425	20/10/2021	ATHOS RIO PRODUTOS MEDI HOSP EIRELI	0,10	2000
89373	18/10/2021	ATHOS RIO PRODUTOS MEDI HOSP EIRELI	0,10	2000



DADOS DO PRODUTO

BETAMETASONA(DIPROPIONATO) 5MG+ BETAM. (FOSFATO) 2MG AMP 1ML

Produto: 9320021 Código BR: 270590 Unidade: Ampola

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

BETAMETASONA (DIPROPIONATO) 5MG+ BETAMETASONA (FOSFATO) 2MG - INJETÁVEL - AMPOLA 1ML

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
2750		3,41

Estoque Atual

Total	
	156

FARMACIA CENTRAL	109
FARMACIA - HOSPITAL DIA	25
FARMACIA - C.C.	16
FARMACIA - DISPENSAÇÃO	6

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	09/2024			08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	
43	33	28	52			40	70	50	36	62	54	44	37	
34,67						54,00			49,33			45,00		
44,33							47,17							
CMM Anual:			45,75			CMM 3 Anos:			34,36			CMM 5 Anos:		20,97

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. recn. Homologada	Dt.Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	Preg. Eletr.	0040962024	03/09/2024	30/08/2025	1000	0	1000	3,89
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	Preg. Eletr.	0045162023	24/01/2024	30/01/2025	2250	500	1750	3,89

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7989	0040962024	22/07/2024	30/08/2025	1000	3,89	3.890,00
7703	0045162023	24/11/2023	30/01/2025	2250	3,89	8.752,50
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	2250	3,96	8.910,00
7220	0179562021	12/05/2022	17/06/2022	1300	3,30	4.290,00
6994	0038722021	10/08/2021	15/09/2022	1500	3,69	5.535,00
3917	0035532013	17/01/2014	27/03/2014	3000	2,60	7.800,00
3533	0027282012	24/07/2013	15/10/2013	3000	2,89	8.670,00
2038	0038222009	25/03/2010	28/05/2010	1500	0,96	1.440,00
1654	0036752008	02/03/2009	06/04/2009	300	1,50	450,00
1377	0036592007	26/02/2008	18/04/2008	600	1,55	930,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	1000	4,54
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	2250	4,32
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	2250	3,96
7298	24/01/2022	0006052022	1022022	9588912	Preg. Eletr./RP	2250	0,00
7220	22/11/2021	0179562021	932022	9588839	Preg. Eletr.	1300	9,80
7194	07/10/2021	0132872021		9588807	Não Informado	1050	0,00
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	2250	0,00
6994	16/03/2021	0038722021	812021	9588593	Preg. Eletr./RP	1500	4,02
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	1300	0,00
6720	01/04/2020			0	Não Informado	660	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
121238	11/10/2024	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA		3,89	100
120089	15/08/2024	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA		3,89	200
116375	11/04/2024	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA		3,89	200
112216	11/10/2023	CRISTALIA PROD. QUIM. FARMACEUTICO LTDA		3,96	300
108531	22/06/2023	CRISTALIA PROD. QUIM. FARMACEUTICO LTDA		3,96	200
106355	28/04/2023	CRISTALIA PROD. QUIM. FARMACEUTICO LTDA		3,96	100
102923	09/01/2023	CRISTALIA PROD. QUIM. FARMACEUTICO LTDA		3,96	100



DADOS DO PRODUTO

CETOPROFENO 50MG CAPSULA

Produto: 9590186 Código BR: 268422 Unidade: CAPSULA 50MG

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

CETOPROFENO 50MG CÁPSULA

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
133600		8,12
Estoque Atual		
Total		5884
FARMACIA - AMBULATÓRIO		
FARMACIA - AMBULATÓRIO		660
FARMACIA - CENTRAL		960
FARMACIA - GRANDES VOLUME		4056
FARMACIA - FRACIONADOS		100
FARMACIA - 6º SAT-DISPENSAC		12
FARMACIA - DISPENSAÇÃO		96

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)											
12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
554	380	488	433	624	633	801	940	1481	1080	581	696
474,00			563,33			1.074,00			785,67		
518,67						929,83					
CMM Anual:			724,25	CMM 3 Anos:			504,11	CMM 5 Anos:			501,50

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	Preg. Eletr./RP	0128452024	03/12/2024	04/12/2025	21400	0	21400	0,35
MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	Preg. Eletr.	0045162023	24/01/2024	30/01/2025	120200	8000	112200	0,30

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
8092	0128452024	31/10/2024	04/12/2025	21400	0,35	7.490,00
7703	0045162023	24/11/2023	30/01/2025	120200	0,30	36.060,00
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	120200	0,25	30.050,00
7111	0113592021	27/10/2021	21/01/2023	120200	0,42	50.484,00
6994	0038722021	10/08/2021	15/09/2022	42000	0,39	16.380,00
3917	0035532013	17/01/2014	27/03/2014	45000	0,22	9.900,00
2669	0064242010	26/07/2011	28/09/2011	60000	0,55	33.000,00
1654	0036752008	02/03/2009	06/04/2009	300000	0,10	30.000,00
1377	0036592007	26/02/2008	18/04/2008	4000	0,10	400,00
1278	0025392007	17/10/2007	13/12/2007	1000	0,26	260,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	21400	0,00
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	120200	0,35
7622	15/12/2022	0072272022		9589214	Não Informado	26000	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	120200	0,46
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	120200	0,50
6994	16/03/2021	0038722021	812021	9588593	Preg. Eletr./RP	42000	0,50
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	47500	0,50

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
122509	13/01/2025	MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA		0,30	1944
122324	27/12/2024	MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA		0,30	3048
120659	11/09/2024	MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA		0,30	3000
104564	01/03/2023	CHL PRODUTOS MEDICOS HOSP LTDA		0,42	18072
104047	16/02/2023	CHL PRODUTOS MEDICOS HOSP LTDA		0,42	5928



DADOS DO PRODUTO

CETOPROFENO 100mg - uso IV

Produto: 9590185 Código BR: 448844 Unidade: F / A

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

CETOPROFENO 100MG IV PÓ LIOFILIZADO FRASCO AMPOLA

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
3700		11,77

Estoque Atual
Total 2779

FARMACIA CENTRAL	450
FARMACIA - GRANDES VOLUME	2000
FARMACIA - C.C.	23
FARMACIA - FRACIONADOS	260
FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA	9
FARMACIA - DISPENSAÇÃO	33
FARMACIA - 6º SAT-DISPENSAC	4

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
175	252	205	225	218	198	212	199	141	169	362	477
210,67			213,67			184,00			336,00		
212,17						260,00					
CMM Anual:			236,08	CMM 3 Anos:			291,14	CMM 5 Anos:			271,25

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	Preg. Eletr./RP	0128452024	09/12/2024	12/12/2025	3600	Sem Assinatura de ATA	7600	3,20
J R G DISTRIBUIDORA DE MED. HOSP LTA	Preg. Eletr.	0045162023	24/01/2024	30/01/2025	8500		3700	2,32

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7703	0045162023	24/11/2023	30/01/2025	8500	2,32	19.720,00
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	7100	3,40	24.140,00
7298	0006052022	07/04/2022	03/05/2023	5500	3,19	17.545,00
7220	0179562021	12/05/2022	01/07/2023	3600	3,00	10.800,00
6324	0111042019	13/07/2020	19/08/2021	4000	3,50	14.000,00
3124	0051792011	06/07/2012	05/10/2012	14070	2,03	28.562,10
2037	0038232009	03/08/2010	19/10/2010	12500	1,49	18.625,00
1774	0012202009	14/08/2009	14/10/2009	5500	1,75	9.625,00
1654	0036752008	02/03/2009	06/04/2009	12000	2,37	28.440,00
1377	0036592007	26/02/2008	18/04/2008	6500	2,00	13.000,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdock	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	7600	0,00
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	8500	3,65
7618	07/12/2022	0092252021		9589210	Não Informado	2880	0,00
7481	28/06/2022	0099262021		9589069	Não Informado	2880	0,00
7427	06/05/2022	0110952021		9589022	Não Informado	2873	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	7100	3,48
7298	24/01/2022	0006052022	1022022	9588912	Preg. Eletr./RP	5500	3,81
7220	22/11/2021	0179562021	932022	9588839	Preg. Eletr.	3600	5,11
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	5500	0,00
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	3600	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vl.Unitário	Qt.Entrada
122323	27/12/2024	J R G DISTRIBUIDORA DE MED. HOSP LTA		2,32	2000
117540	24/05/2024	J R G DISTRIBUIDORA DE MED. HOSP LTA		2,32	1800
115796	22/03/2024	J R G DISTRIBUIDORA DE MED. HOSP LTA		2,32	1000
112333	18/10/2023	CRISTALIA PROD. QUIM. FARMACEUTICO LTDA		3,40	1500

102434	26/12/2022	CRISTALIA PROD. QUIM. FARMACEUTICO LTDA	3,19	3500
99351	19/09/2022	UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A	3,00	2200
95884	26/05/2022	CRISTALIA PROD. QUIM. FARMACEUTICO LTDA	3,19	2000
83007	24/02/2021	CHL PRODUTOS MEDICOS HOSP LTDA	3,50	1800
80264	30/10/2020	CHL PRODUTOS MEDICOS HOSP LTDA	3,50	2200



DADOS DO PRODUTO

CETOPROFENO XAROPE 1MG/ML FR. 150ML

Produto: 9710016 Código BR: 296389 Unidade: FRASCO 150ML

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

CETOPROFENO XAROPE 1MG/ML FR. 150ML

Saldo Virtual 0
Tmp. Dur. Com 3 Meses
Tmp. Dur. Com 12 Meses

Estoque Atual

Total 0

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0,00			0,00			0,00			0,00		
0,00						0,00					
CMM Anual:			0,00			CMM 3 Anos:			0,00		
						CMM 5 Anos:			0,00		

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	650	0,00
7621	15/12/2022	0190712022	312023	9589213	Preg. Eletr.	650	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	650	0,00
7298	24/01/2022	0006052022	1022022	9588912	Preg. Eletr./RP	650	0,00
7220	22/11/2021	0179562021	932022	9588839	Preg. Eletr.	100	0,00
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	650	0,00
6994	16/03/2021	0038722021	812021	9588593	Preg. Eletr./RP	100	0,00
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	100	0,00



DADOS DO PRODUTO

DEXAMETASONA 0,1% - CREME - BISNAGA 10G

Produto: 9260010 Código BR: 267643 Unidade: BISNAGA

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

DEXAMETASONA 0,1% - CREME - BISNAGA 10G

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
1600		0,78

Estoque Atual
Total 33

FARMACIA CENTRAL	19
FARMACIA - C.C.	4
FARMACIA - DISPENSAÇÃO	3
FARMACIA - 6° SAT-DISPENSAC	1
FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA	6

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	2024			09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024		
35	45	40				35	34	40	41	42	38	55	60	43		
40,00						36,33			40,33			52,67				
38,17									46,50							
CMM Anual:			42,33			CMM 3 Anos:			36,17			CMM 5 Anos:			33,87	

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PROD. HO	Preg. Eletr.	0040962024	03/09/2024	30/08/2025	900	0	900	1,75
MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	Preg. Eletr.	0010132024	08/04/2024	19/04/2025	800	100	700	1,74

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7989	0040962024	22/07/2024	30/08/2025	900	1,75	1.575,00
7918	0010132024	27/03/2024	19/04/2025	800	1,74	1.392,00
7220	0179562021	12/05/2022	17/06/2022	800	1,10	880,00
6994	0038722021	10/08/2021	15/09/2022	1200	1,01	1.212,00
5883	0074962018	07/12/2018	21/01/2020	1000	1,19	1.190,00
3917	0035532013	17/01/2014	27/03/2014	6000	0,97	5.820,00
2662	0064122010	16/06/2011	29/07/2011	5000	0,75	3.750,00
2038	0038222009	25/03/2010	28/05/2010	4000	0,44	1.760,00
1656	0036832008	05/03/2009	24/04/2009	2000	0,52	1.040,00
1378	0036602007	19/02/2008	18/04/2008	2000	0,49	980,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdock	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	900	2,09
7918	23/01/2024	0010132024	900112024	9589467	Preg. Eletr.	800	1,90
7909	05/01/2024	0032852023		9589461	Não Informado	600	0,00
7875	18/10/2023	0061392023		9589432	Não Informado	600	0,00
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	800	0,00
7697	12/04/2023	0007172023		9589286	Não Informado	600	0,00
7612	18/11/2022			0	Não Informado	600	0,00
7433	11/05/2022	0162272021		9589027	Não Informado	595	0,00
7427	06/05/2022	0110952021		9589022	Não Informado	595	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	1100	1,65
7354	22/03/2022	0103812021		9588957	Não Informado	595	0,00
7298	24/01/2022	0006052022	1022022	9588912	Preg. Eletr./RP	2800	0,00
7220	22/11/2021	0179562021	932022	9588839	Preg. Eletr.	800	2,52
7194	07/10/2021	0132872021		9588807	Não Informado	600	0,00
7163	06/09/2021	0047282021		9588776	Não Informado	606	0,00
7159	03/09/2021	0071332021		9588774	Não Informado	600	0,00
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	2800	0,00
6994	16/03/2021	0038722021	812021	9588593	Preg. Eletr./RP	1200	1,18
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	800	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
116968	09/05/2024	MEDICPHARM COMERCIAL LTDA		1,69	300
110819	28/08/2023	GOLDENPLUS COM MED E PROD HOSP LTDA		1,58	100
110177	03/08/2023	RALIC COM E DISTRIB EIRELI		2,07	250
93782	22/03/2022	STOCK MED PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES		1,01	200
74903	04/02/2020	RALIC COM E DISTRIB EIRELI	0074962018	1,19	300



DADOS DO PRODUTO

DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - F/A 2,5ML			Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
Produto: 9320048	Código BR: 292427	Unidade: AMPOLA - 2,5ML	6900		0,82
Bloqueado P/ Compra: NÃO			Estoque Atual		
DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL			Total		326

FARMACIA - HOSPITAL DIA	53
FARMACIA - C.C.	116
FARMACIA - FRACIONADOS	79
FARMACIA - DISPENSAÇÃO	62
FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA	16

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
329	300	388	442	422	417	468	368	464	453	341	398
339,00			427,00			433,33			397,33		
383,00						415,33					
CMM Anual:			399,17	CMM 3 Anos:		428,25	CMM 5 Anos:		447,18		

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vir Unitário
MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRO	Preg. Eletr.	0040962024	03/09/2024	30/08/2025	8200	3100	6200	1,08
COSTA CAMARGO COM PROD HOSPITALARES LTDA	Preg. Eletr.	0045162023	24/01/2024	30/01/2025	10000	3100	6900	1,25

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vir. Unitário	Vir Total
7703	0045162023	24/11/2023	30/01/2025	10000	1,25	12.500,00
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	10300	2,23	22.969,00
7298	0006052022	07/04/2022	03/05/2023	10000	2,76	27.600,00
7220	0179562021	12/05/2022	17/06/2022	7300	3,30	24.090,00
6994	0038722021	10/08/2021	15/09/2022	10000	2,90	29.000,00
3917	0035532013	17/01/2014	27/03/2014	21000	0,81	17.010,00
3125	0051682011	09/08/2012	12/11/2012	12180	0,37	4.506,60
2038	0038222009	25/03/2010	28/05/2010	12000	0,33	3.960,00
1654	0036752008	02/03/2009	06/04/2009	4000	0,36	1.440,00
1377	0036592007	26/02/2008	18/04/2008	7100	0,33	2.343,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdock	Modalidade	Qt. Solici	Vir Estimado
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	8200	1,35
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	10000	2,32
7619	12/12/2022	0086482021		9589211	Não Informado	7970	0,00
7612	18/11/2022			0	Não Informado	8000	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	10300	2,81
7298	24/01/2022	0006052022	1022022	9588912	Preg. Eletr./RP	10000	2,76
7220	22/11/2021	0179562021	932022	9588839	Preg. Eletr.	7300	8,84
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	10000	0,00
6994	16/03/2021	0038722021	812021	9588593	Preg. Eletr./RP	10000	1,40
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	7300	0,00
6673	12/03/2020	0083152019		9588405	Não Informado	8351	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vi.Unitário	Qt.Entrada
119565	02/08/2024	COSTA CAMARGO COM PROD HOSPITALARES LTDA		1,25	1800
117284	16/05/2024	COSTA CAMARGO COM PROD HOSPITALARES LTDA		1,25	1300
112568	23/10/2023	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRO		2,23	2500
104623	02/03/2023	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRO		2,23	2000
99119	14/09/2022	TECH MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS		2,90	2500

90996	16/12/2021	TECH MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	2,90	500
90270	22/11/2021	TECH MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	2,90	1400
90044	18/11/2021	TECH MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	2,90	1100



DADOS DO PRODUTO

DIPIRONA - SOLUÇÃO ORAL GOTAS 500MG/ML - FRASCO 10ML

Produto: 1470058 Código BR: 267205 Unidade: FRASCO C/10ML

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

DIPIRONA 500MG/ML - SOLUÇÃO ORAL GOTAS - FRASCO 10ML.

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
1400		4,93

Estoque Atual Total
289

FARMACIA CENTRAL	67
FARMACIA - GRANDES VOLUME	200
FARMACIA - PYX-FARMACIA	7
FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA	15

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
54	54	42	81	51	56	47	37	74	57	62	89
50,00			62,67			52,67			69,33		
56,33						61,00					
CMM Anual:			58,67			CMM 3 Anos:			72,83		
						CMM 5 Anos:			67,48		

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
MINDMED HOSPITALAR LTDA	Preg. Eletr.	0045162023	24/01/2024	30/01/2025	2000	0	1400	1,13

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7703	0045162023	24/11/2023	30/01/2025	2000	1,13	2.260,00
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	1200	1,12	1.344,00
7220	0179562021	12/05/2022	17/06/2022	3500	1,14	3.990,00
6994	0038722021	10/08/2021	15/09/2022	7300	0,76	5.548,00
4728	0027522015	23/08/2016	20/12/2017	13440	0,52	6.988,80
3917	0035532013	17/01/2014	27/03/2014	45000	0,52	23.400,00
3127	0051702011	19/07/2012	10/12/2012	34290	0,33	11.315,70
2037	0038232009	03/08/2010	19/10/2010	15000	0,28	4.200,00
1823	0016452009	01/09/2009	30/10/2009	5500	0,36	1.980,00
1379	0036652007	14/02/2008	11/04/2008	12000	0,29	3.480,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8092	27/08/2024	0128452024	901512024	9589626	Preg. Eletr./RP	1500	0,00
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	1500	0,00
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	2000	1,20
7697	12/04/2023	0007172023		9589286	Não Informado	1100	0,00
7681	15/03/2023	0113262022		9589269	Não Informado	1100	0,00
7454	30/05/2022	0082922021		9589044	Não Informado	2100	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	1200	2,21
7298	24/01/2022	0006052022	1022022	9588912	Preg. Eletr./RP	4650	0,00
7220	22/11/2021	0179562021	932022	9588839	Preg. Eletr.	3500	1,37
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	4650	0,00
7110	13/08/2021			0	Não Informado	4650	0,00
6994	16/03/2021	0038722021	812021	9588593	Preg. Eletr./RP	7300	0,76
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	3500	0,00
6673	12/03/2020	0083152019		9588405	Não Informado	5381	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vi.Unitário	Qt.Entrada
121259	14/10/2024	MINDMED HOSPITALAR LTDA		1,13	400
117860	05/06/2024	MINDMED HOSPITALAR LTDA		1,13	200
112564	23/10/2023	UP DISTRIBUIDORA LTDA		1,12	400
110815	28/08/2023	UP DISTRIBUIDORA LTDA		1,12	100
103200	17/01/2023	UP DISTRIBUIDORA LTDA		1,12	500
98166	10/08/2022	CARIOCA MEDICAMENTOS E MAT. MED.EIRELLI		0,76	400



DADOS DO PRODUTO

DIPIRONA 500MG/ML - SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 2ML
Produto: 1470031 Código BR: BR0268252 Unidade: AMPOLA 2 ML
Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

DIPIRONA 500MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2ML

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
502600		2,98

Estoque Atual	Total
	55273

FARMACIA - INTERDITADOS	50
FARMACIA CENTRAL	2600
FARMACIA - GRANDES VOLUME	50000
FARMACIA - HOSPITAL DIA	100
FARMACIA - C.C.	381
FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA	107
FARMACIA - DISPENSAÇÃO	2026
FARMACIA - 6º SAT-DISPENSAC	9

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
16098	18286	20415	20103	19424	19010	17812	17276	17291	19996	17033	19828
18.266,33			19.512,33			17.459,67			18.952,33		
18.889,33						18.206,00					
CMM Anual:			18.547,67		CMM 3 Anos:		14.145,76		CMM 5 Anos:		13.881,32

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt.Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
FARMACE IND QUIM.FARMA. CEARENSE LTDA	Preg. Eletr.	0040962024	03/09/2024	30/08/2025	318600	0	318600	0,80
FARMACE IND QUIM.FARMA. CEARENSE LTDA	Preg. Eletr.	0045162023	24/01/2024	30/01/2025	317000	0	184000	0,80

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7989	0040962024	22/07/2024	30/08/2025	318600	0,80	254.880,00
7703	0045162023	24/11/2023	30/01/2025	317000	0,80	253.600,00
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	316700	1,78	563.726,00
6873	0218812020	21/09/2021	15/10/2022	141500	0,51	72.165,00
6324	0111042019	13/07/2020	19/08/2021	169000	0,52	87.880,00
3917	0035532013	17/01/2014	27/03/2014	900000	0,49	441.000,00
3688	0035502012	19/08/2013	15/10/2013	690000	0,50	345.000,00
3117	0051742011	13/07/2012	23/10/2012	450000	0,28	126.000,00
2660	0064222010	29/07/2011	18/01/2012	330000	0,25	82.500,00
2037	0038232009	03/08/2010	19/10/2010	500000	0,18	90.000,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	318600	0,91
7875	18/10/2023	0061392023		9589432	Não Informado	138400	0,00
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	317000	1,85
7697	12/04/2023	0007172023		9589286	Não Informado	132500	0,00
7672	02/03/2023	0100652022		9589261	Não Informado	219750	0,00
7612	18/11/2022			0	Não Informado	148500	0,00
7454	30/05/2022	0082922021		9589044	Não Informado	128400	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	316700	1,92
7298	24/01/2022	0006052022	1022022	9588912	Preg. Eletr./RP	228400	0,00
7163	06/09/2021	0047282021		9588776	Não Informado	124592	0,00
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	228400	0,00
7110	13/08/2021			0	Não Informado	228400	0,00
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	141500	0,53

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
-------------	-------------	------------	----------	-------------	------------

117164	14/05/2024	FARMACE IND QUIM.FARMA. CEARENSE LTDA	0,80	100000
116944	08/05/2024	FARMACE IND QUIM.FARMA. CEARENSE LTDA	0,80	33000
115101	20/02/2024	FARMACE IND QUIM.FARMA. CEARENSE LTDA	1,00	50000
113150	16/11/2023	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRO	1,50	30000
105072	13/03/2023	MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1,78	100000
102256	21/12/2022	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRO	1,92	56160
90389	25/11/2021	LABORATORIO TEUTO BRASILEIRO SA	0,51	99960
82773	12/02/2021	FARMACE IND QUIM.FARMA. CEARENSE LTDA	0,52	45800
79592	29/09/2020	FARMACE IND QUIM.FARMA. CEARENSE LTDA	0,52	123200



DADOS DO PRODUTO

DIPIRONA SODICA 500MG COMPRIMIDO

Produto: 9470040 Código BR: 267203 Unidade: COMPRIMIDO 50

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

DIPIRONA SÓDICA 500MG COMPRIMIDO

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
1537500		1,58
Estoque Atual		
Total		61178
FARMACIA CENTRAL		
FARMACIA - PRODUÇÃO		7500
FARMACIA - GRANDES VOLUME		22000
FARMACIA - FRACIONADOS		13880
FARMACIA - PYX-FARMACIA		17000
FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA		14
FARMACIA - DISPENSAÇÃO		692
FARMACIA - 6º SAT-DISPENSAC		62

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
36251	35791	39141	45556	45213	41103	37361	39595	38607	33379	32550	41352
37.061,00			43.957,33			38.521,00			35.760,33		
40.509,17						37.140,67					
CMM Anual:			38.824,92	CMM 3 Anos:		40.971,25	CMM 5 Anos:		38.654,68		

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt.Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	Preg. Eletr.	0045162023	24/01/2024	30/01/2025	1300000	320000	980000	0,12
PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	Preg. Eletr.	0040962024	03/09/2024	30/08/2025	657500	100000	557500	0,11

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7989	0040962024	22/07/2024	30/08/2025	657500	0,11	72.325,00
7703	0045162023	24/11/2023	30/01/2025	1300000	0,12	156.000,00
7621	0190712022	13/02/2023	20/03/2024	800000	0,13	104.000,00
7111	0113592021	27/10/2021	21/01/2023	1881750	0,10	188.175,00
6994	0038722021	10/08/2021	15/09/2022	400000	0,12	48.000,00
3917	0035532013	17/01/2014	27/03/2014	2850000	0,06	171.000,00
3127	0051702011	19/07/2012	10/12/2012	1059540	0,06	63.572,40
2660	0064222010	29/07/2011	18/01/2012	450000	0,05	22.500,00
2037	0038232009	03/08/2010	19/10/2010	700000	0,03	21.000,00
1658	0036822008	20/02/2009	20/04/2009	680000	0,04	27.200,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	657500	0,12
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	1300000	0,14
7697	12/04/2023	0007172023		9589286	Não Informado	485000	0,00
7681	15/03/2023	0113262022		9589269	Não Informado	436000	0,00
7622	15/12/2022	0072272022		9589214	Não Informado	449500	0,00
7621	15/12/2022	0190712022	312023	9589213	Preg. Eletr.	800000	0,28
7618	07/12/2022	0092252021		9589210	Não Informado	852780	0,00
7612	18/11/2022			0	Não Informado	435500	0,00
7454	30/05/2022	0082922021		9589044	Não Informado	852780	0,00
7433	11/05/2022	0162272021		9589027	Não Informado	795323	0,00
7427	06/05/2022	0110952021		9589022	Não Informado	795323	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	800000	0,00
7354	22/03/2022	0103812021		9588957	Não Informado	795323	0,00
7194	07/10/2021	0132872021		9588807	Não Informado	978650	0,00
7163	06/09/2021	0047282021		9588776	Não Informado	978649	0,00
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	1881750	0,14
6994	16/03/2021	0038722021	812021	9588593	Preg. Eletr./RP	400000	0,12

6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	1334500	0,12
6673	12/03/2020	0083152019		9588405	Não Informado	1471940	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
121683	04/11/2024	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA		0,12	100000
120114	16/08/2024	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA		0,12	100000
117891	06/06/2024	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA		0,12	120000
115824	25/03/2024	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA		0,13	70000
112780	27/10/2023	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA		0,13	150000
108069	12/06/2023	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA		0,13	100000
103195	17/01/2023	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA		0,10	225000
97410	19/07/2022	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PROD. HO		0,12	60000
96246	07/06/2022	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PROD. HO		0,12	60000
96044	01/06/2022	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA		0,10	12000
96043	01/06/2022	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA		0,10	90000
95715	18/05/2022	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PROD. HO		0,12	80000
95000	25/04/2022	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PROD. HO		0,12	79920
89208	11/10/2021	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PROD. HO		0,12	120000
79958	16/10/2020	TOP NORTE COM. DE MAT. MED. HOSP. EIRELI		0,08	114000
74861	30/01/2020	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PROD. HO		0,07	757500



DADOS DO PRODUTO

HEXACETONIDA DE TRIANCINOLONA 20MG/ML-1 ML -SUSPENSÃO INJETÁ

Produto: 9710017 Código BR: 434445 Unidade: F / A

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

HEXACETONIDA DE TRIANCINOLONA 20MG/ML-1 ML -SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
0		

Estoque Atual	
Total	0

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

04/2025	03/2025	02/2025	01/2025	12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0,00			0,00			0,00			0,00		
0,00						0,00					
CMM Anual:			0,00	CMM 3 Anos:			0,00	CMM 5 Anos:			0,00



DADOS DO PRODUTO

HIDROCORTISONA 100MG INJETAVEL FRASCO AMPOLA			Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
Produto: 9320056	Código BR: BR0270220	Unidade: F / A	4900		0,80

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

HIDROCORTISONA 100MG - INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA

Estoque Atual
Total 197

FARMACIA CENTRAL	50
FARMACIA - FRACIONADOS	50
FARMACIA - 6º SAT-DISPENSAC	5
FARMACIA - DISPENSAÇÃO	83
FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA	9

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
214	237	534	280	278	248	378	119	131	94	205	238
328,33			268,67			209,33			179,00		
298,50						194,17					
CMM Anual:			246,33	CMM 3 Anos:		190,89	CMM 5 Anos:		172,20		

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	Preg. Eletr.	0045162023	24/01/2024	30/01/2025	4500	1200	3300	3,32
MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	Preg. Eletr.	0040962024	03/09/2024	30/08/2025	3100	1500	1600	3,22

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7989	0040962024	22/07/2024	30/08/2025	3100	3,22	9.982,00
7703	0045162023	24/11/2023	30/01/2025	4500	3,32	14.940,00
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	3800	3,35	12.730,00
7111	0113592021	27/10/2021	21/01/2023	2850	2,03	5.785,50
6873	0218812020	21/09/2021	15/10/2022	1600	2,03	3.248,00
2038	0038222009	25/03/2010	28/05/2010	6000	0,64	3.840,00
1654	0036752008	02/03/2009	06/04/2009	2000	0,70	1.400,00
1377	0036592007	26/02/2008	18/04/2008	4500	0,70	3.150,00
1274	0025402007	19/10/2007	06/12/2007	2100	0,70	1.470,00
945	0018942006	05/10/2006	05/12/2006	2650	0,91	2.411,50

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdock	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	3100	3,45
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	4500	3,78
7622	15/12/2022	0072272022		9589214	Não Informado	1500	0,00
7427	06/05/2022	0110952021		9589022	Não Informado	1362	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	3800	4,65
7300	24/01/2022			0	Não Informado	1330	0,00
7194	07/10/2021	0132872021		9588807	Não Informado	1300	0,00
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	2850	2,81
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	1600	2,81

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
119802	05/08/2024	MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA		3,32	600
115639	18/03/2024	MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA		3,32	600
113437	27/11/2023	ESSENCIAL RIO DIST. PROD. MEDICOS HOSP.		3,35	100
112812	30/10/2023	ESSENCIAL RIO DIST. PROD. MEDICOS HOSP.		3,35	400
110720	23/08/2023	ESSENCIAL RIO DIST. PROD. MEDICOS HOSP.		3,35	400
106418	02/05/2023	ESSENCIAL RIO DIST. PROD. MEDICOS HOSP.		3,35	500
104337	23/02/2023	ESSENCIAL RIO DIST. PROD. MEDICOS HOSP.		3,35	500

99118	14/09/2022	ATHOS RIO PRODUTOS MEDI HOSP EIRELI	2,03	600
99116	14/09/2022	ATHOS RIO PRODUTOS MEDI HOSP EIRELI	2,03	700
90249	22/11/2021	ATHOS RIO PRODUTOS MEDI HOSP EIRELI	2,03	1000
79501	24/09/2020	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PROD. HO	3,19	1700



DADOS DO PRODUTO

HIDROCORTISONA 500MG INJETAVEL FRASCO AMPOLA

Produto: 9320064 Código BR: 270219 Unidade: F / A

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

HIDROCORTISONA 500MG - INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
1950		3,89

Estoque Atual

Total	115
-------	-----

FARMACIA - C.C.	45
FARMACIA - FRACIONADOS	48
FARMACIA - 6° SAT-DISPENSAC	6
FARMACIA - DISPENSAÇÃO	12
FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA	4

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
17	11	63	15	34	45	26	31	16	28	41	28
30,33			31,33			24,33			32,33		
30,83						28,33					
CMM Anual:			29,58	CMM 3 Anos:			33,39	CMM 5 Anos:			30,60

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
ESTEVA DIST. MED. EIRELLI	Preg. Eletr.	0045162023	24/01/2024	30/01/2025	1600	250	1350	4,84
MEDFUTURA DISTR DE MED E PROD DE SAUDE	Preg. Eletr.	0040962024	03/09/2024	30/08/2025	600	0	600	5,08

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7989	0040962024	22/07/2024	30/08/2025	600	5,08	3.048,00
7703	0045162023	24/11/2023	30/01/2025	1600	4,84	7.744,00
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	1000	5,39	5.390,00
7111	0113592021	27/10/2021	21/01/2023	1200	3,95	4.740,00
6994	0038722021	10/08/2021	15/09/2022	3000	3,96	11.880,00
3917	0035532013	17/01/2014	27/03/2014	3000	6,30	18.900,00
2038	0038222009	25/03/2010	28/05/2010	2000	1,68	3.360,00
1804	0014842009	21/08/2009	19/10/2009	1000	1,85	1.850,00
1654	0036752008	02/03/2009	06/04/2009	600	1,77	1.062,00
1377	0036592007	26/02/2008	18/04/2008	2000	1,75	3.500,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdock	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	600	5,55
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	1600	5,67
7697	12/04/2023	0007172023		9589286	Não Informado	500	0,00
7433	11/05/2022	0162272021		9589027	Não Informado	2650	0,00
7427	06/05/2022	0110952021		9589022	Não Informado	2650	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	1000	5,70
7354	22/03/2022	0103812021		9588957	Não Informado	2650	0,00
7300	24/01/2022			0	Não Informado	2672	0,00
7194	07/10/2021	0132872021		9588807	Não Informado	2680	0,00
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	1200	4,81
6994	16/03/2021	0038722021	812021	9588593	Preg. Eletr./RP	3000	4,81
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	700	4,81
6673	12/03/2020	0083152019		9588405	Não Informado	2795	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vi.Unitário	Qt.Entrada
121659	01/11/2024	ESTEVA DIST. MED. EIRELLI		4,84	100
118769	11/07/2024	ESTEVA DIST. MED. EIRELLI		4,84	150
103068	12/01/2023	ATHOS RIO PRODUTOS MEDI HOSP EIRELI		3,95	300

103067	12/01/2023	ATHOS RIO PRODUTOS MEDI HOSP EIRELI	3,95	400
95964	27/05/2022	ATHOS RIO PRODUTOS MEDI HOSP EIRELI	3,95	200
90249	22/11/2021	ATHOS RIO PRODUTOS MEDI HOSP EIRELI	3,95	150



DADOS DO PRODUTO

IBUPROFENO 20MG/ML SUSPENSAO ORAL - FRASCO 100ML

Produto: 9710014 Código BR: 271134 Unidade: FRASCO 100ML

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

IBUPROFENO 20MG/ML - SUSPENSÃO ORAL - FRASCO DE 100ML

Saldo Virtual 0
Tmp. Dur. Com 3 Meses
Tmp. Dur. Com 12 Meses

Estoque Atual
Total 0

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0,00			0,00			0,00			0,00		
0,00						0,00					
<div>CMM Anual: 0,00CMM 3 Anos: 0,14CMM 5 Anos: 0,18</div>											

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7298	0006052022	07/04/2022	03/05/2023	100	6,00	600,00
7220	0179562021	12/05/2022	17/06/2022	100	5,00	500,00
5883	0074962018	07/12/2018	21/01/2020	100	11,69	1.169,00
5193	0031902016	09/03/2017	12/06/2018	30	9,63	288,90
4460	0005982015	25/06/2015	13/09/2016	360	8,45	3.042,00
2037	0038232009	03/08/2010	19/10/2010	30	3,98	119,40
1654	0036752008	02/03/2009	06/04/2009	40	6,27	250,80

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdock	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8092	27/08/2024	0128452024	901512024	9589626	Preg. Eletr./RP	100	0,00
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	100	0,00
7918	23/01/2024	0010132024	900112024	9589467	Preg. Eletr.	100	0,00
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	100	0,00
7621	15/12/2022	0190712022	312023	9589213	Preg. Eletr.	100	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	100	0,00
7298	24/01/2022	0006052022	1022022	9588912	Preg. Eletr./RP	100	133,92
7220	22/11/2021	0179562021	932022	9588839	Preg. Eletr.	100	8,78
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	100	0,00
6994	16/03/2021	0038722021	812021	9588593	Preg. Eletr./RP	50	0,00
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	100	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
97866	01/08/2022	NOVA LINEA COM DE PROD FARMA EIRELI		6,00	50



DADOS DO PRODUTO

IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO			Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
Produto: 9590070	Código BR: 267676	Unidade: COMPRIMIDO 60	70500		9,83
Bloqueado P/ Compra: NÃO			Estoque Atual		
IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO			Total		9063

FARMACIA - AMBULATÓRIO	1120
FARMACIA CENTRAL	270
FARMACIA - GRANDES VOLUME	7000
FARMACIA - FRACIONADOS	120
FARMACIA - PYX-FARMACIA	540
FARMACIA - DISPENSAÇÃO	4
FARMACIA - 6º SAT-DISPENSAC	9

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
613	371	753	1412	922	650	838	1183	1082	1025	1143	1077
579,00			994,67			1.034,33			1.081,67		
786,83						1.058,00					
CMM Anual: 922,42			CMM 3 Anos: 1.604,67			CMM 5 Anos: 1.506,45					

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	Preg. Eletr.	0045162023	24/01/2024	30/01/2025	50000	12000	38000	0,16
CONQUISTA DIST.MED.PROD HOSP. LTDA	Preg. Eletr.	0040962024	03/09/2024	30/08/2025	32500	0	32500	0,13

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7989	0040962024	22/07/2024	30/08/2025	32500	0,13	4.225,00
7703	0045162023	24/11/2023	30/01/2025	50000	0,16	8.000,00
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	50000	0,18	9.000,00
7111	0113592021	27/10/2021	21/01/2023	126350	0,19	24.006,50
6873	0218812020	21/09/2021	15/10/2022	43500	0,22	9.570,00
3917	0035532013	17/01/2014	27/03/2014	360000	0,07	25.200,00
3124	0051792011	06/07/2012	05/10/2012	277020	0,09	24.931,80
2669	0064242010	26/07/2011	28/09/2011	150000	0,08	12.000,00
2037	0038232009	03/08/2010	19/10/2010	100000	0,05	5.000,00
1654	0036752008	02/03/2009	06/04/2009	600000	0,06	36.000,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdock	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	32500	0,19
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	50000	0,20
7697	12/04/2023	0007172023		9589286	Não Informado	35800	0,00
7612	18/11/2022			0	Não Informado	35500	0,00
7433	11/05/2022	0162272021		9589027	Não Informado	30524	0,00
7427	06/05/2022	0110952021		9589022	Não Informado	30524	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	50000	0,22
7354	22/03/2022	0103812021		9588957	Não Informado	30524	0,00
7194	07/10/2021	0132872021		9588807	Não Informado	29130	0,00
7163	06/09/2021	0047282021		9588776	Não Informado	29121	0,00
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	126350	0,26
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	43500	0,26

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vi.Unitário	Qt.Entrada
121930	26/11/2024	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA		0,16	6000
118986	17/07/2024	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA		0,16	6000

112845	31/10/2023	CONQUISTA DIST.MED.PROD HOSP. LTDA	0,18	5000
109769	24/07/2023	CONQUISTA DIST.MED.PROD HOSP. LTDA	0,18	7500
102751	30/12/2022	DIMASTER COM DE PRODUTOS HOSP LTDA	0,17	14840
97915	02/08/2022	DIMASTER COM DE PRODUTOS HOSP LTDA	0,17	3360
90407	26/11/2021	MEDIC VET DISTRIB. MEDICAMENTOS EIRELLI	0,23	6200
89218	11/10/2021	MEDIC VET DISTRIB. MEDICAMENTOS EIRELLI	0,23	8300
80248	29/10/2020	MEDIC VET DISTRIB. MEDICAMENTOS EIRELLI	0,23	40000



DADOS DO PRODUTO

METILPREDNISOLONA (ACETATO) 40MG/ML FRASCO AMPOLA 2ML

Produto: 9320102 Código BR: 299690 Unidade: F / A

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

METILPREDNISOLONA, ACETATO 40MG/ML - SUSPENSÃO INJETÁVEL - FRASCO 2ML

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
700		16,69

Estoque Atual	Total
	281

FARMACIA CENTRAL	245
FARMACIA - HOSPITAL DIA	5
FARMACIA - C.C.	21
FARMACIA - DISPENSAÇÃO	4
FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA	6

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
16	24	21	12	17	16	8	20	20	18	11	19
20,33			15,00			16,00			16,00		
17,67						16,00					
CMM Anual:			16,83	CMM 3 Anos:		18,03	CMM 5 Anos:			16,00	

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt.Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vir Unitário
MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	Preg. Eletr./RP	0128452024	03/12/2024	04/12/2025	400	0	400	16,30
MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	Preg. Eletr.	0045162023	24/01/2024	30/01/2025	600	300	300	15,51

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vir. Unitário	Vir Total
8092	0128452024	31/10/2024	04/12/2025	400	16,30	6.520,00
7703	0045162023	24/11/2023	30/01/2025	600	15,51	9.306,00
7621	0190712022	13/02/2023	20/03/2024	400	13,92	5.568,00
7220	0179562021	12/05/2022	01/07/2023	200	8,30	1.660,00
7111	0113592021	27/10/2021	21/01/2023	300	12,58	3.774,00
2039	0038212009	23/07/2010	15/10/2010	1000	5,80	5.800,00
1654	0036752008	02/03/2009	06/04/2009	200	8,04	1.608,00
1377	0036592007	26/02/2008	18/04/2008	220	7,87	1.731,40
1194	0006622007	13/06/2007	10/08/2007	450	8,97	4.036,50
1133	0043092006	27/03/2007	16/04/2007	48	8,42	404,16

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vir Estimado
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	400	0,00
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	600	15,51
7622	15/12/2022	0072272022		9589214	Não Informado	200	0,00
7621	15/12/2022	0190712022	312023	9589213	Preg. Eletr.	400	13,92
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	400	0,00
7304	27/01/2022			0	Não Informado	140	0,00
7220	22/11/2021	0179562021	932022	9588839	Preg. Eletr.	200	17,48
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	300	12,58
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	200	0,00
6824	02/09/2020	4013032017		9588483	Não Informado	700	0,00
6720	01/04/2020			0	Não Informado	120	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vi.Unitário	Qt.Entrada
122306	26/12/2024	MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA		15,51	200
122249	19/12/2024	MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA		15,51	70
121985	29/11/2024	MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA		15,51	30
115816	25/03/2024	MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA		13,92	100
110483	11/08/2023	MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA		13,92	120

102753	30/12/2022	UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A	8,30	100
98104	08/08/2022	UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A	8,30	100
80937	26/11/2020	CHL PRODUTOS MEDICOS HOSP LTDA	12,55	245



DADOS DO PRODUTO

METILPREDNISOLONA(SUCCINATO) 125 MG PO LIOF. F/A + DILUENTE

Produto: 9320153 Código BR: 271600 Unidade: F / A

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

METILPREDNISOLONA, SUCCINATO 125MG - INJETÁVEL - PÓ LIOFILIZADO - FRASCO AMPOLA + DILUENTE

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
0		4,81

Estoque Atual	Total
	314

FARMACIA CENTRAL	50
FARMACIA - C.C.	5
FARMACIA - FRACIONADOS	220
FARMACIA - DISPENSAÇÃO	27
FARMACIA - 6º SAT-DISPENSAC	3
FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA	9

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)											
12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
76	71	59	102	110	39	90	29	19	76	55	58
68,67			83,67			46,00			63,00		
76,17					54,50						
CMM Anual:			65,33	CMM 3 Anos:		44,42	CMM 5 Anos:		43,78		

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Fecn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
ESTEVIA DIST. MED. EIRELLI	Preg. Eletr.	0045162023	24/01/2024	30/01/2025	700	700	0	7,23

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7703	0045162023	24/11/2023	30/01/2025	700	7,23	5.061,00
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	1200	6,30	7.560,00
7111	0113592021	27/10/2021	21/01/2023	1100	8,64	9.504,00
6994	0038722021	10/08/2021	15/09/2022	350	15,12	5.292,00
6873	0218812020	21/09/2021	15/10/2022	600	8,50	5.100,00
3917	0035532013	17/01/2014	27/03/2014	3000	7,00	21.000,00
3125	0051682011	09/08/2012	12/11/2012	1590	3,80	6.042,00
2659	0064112010	23/05/2011	21/10/2011	1000	4,67	4.670,00
2039	0038212009	23/07/2010	15/10/2010	700	3,40	2.380,00
1654	0036752008	02/03/2009	06/04/2009	700	6,47	4.529,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8092	27/08/2024	0128452024	901512024	9589626	Preg. Eletr./RP	1000	0,00
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	1000	0,00
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	700	8,30
7622	15/12/2022	0072272022		9589214	Não Informado	500	0,00
7612	18/11/2022			0	Não Informado	500	0,00
7499	26/07/2022	0086722021		9589086	Não Informado	450	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	1200	6,63
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	1100	10,53
6994	16/03/2021	0038722021	812021	9588593	Preg. Eletr./RP	350	10,53
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	600	10,53
6824	02/09/2020	4013032017		9588483	Não Informado	2130	0,00
6673	12/03/2020	0083152019		9588405	Não Informado	278	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vi.Unitário	Qt.Entrada
121272	15/10/2024	ESTEVIA DIST. MED. EIRELLI		7,23	400
118772	11/07/2024	ESTEVIA DIST. MED. EIRELLI		7,23	300
114277	05/01/2024	MED CENTER COMERCIAL LTDA		6,30	300
112292	16/10/2023	MED CENTER COMERCIAL LTDA		6,30	200
107928	05/06/2023	RALIC COM E DISTRIB EIRELI		7,32	200

98002	03/08/2022	FRESENIUS KABI BRASIL LTDA.		8,50	200
95157	03/05/2022	FRESENIUS KABI BRASIL LTDA.		8,50	150
89517	25/10/2021	CHL PRODUTOS MEDICOS HOSP LTDA		15,12	100
78208	07/07/2020	TC ATUAL COMERCIO DE MEDICAMENTOSLTDA ME	64589003529201912	15,96	278



DADOS DO PRODUTO

METILPREDNISOLONA(SUCCINATO) 500 MG PO LIOFILIZADO INJETAVEL						Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
Produto: 9320137 Código BR: 271599 Unidade: F / A						2370		11,62
Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM						Estoque Atual		
METILPREDNISOLONA, SUCCINATO 500MG - INJETÁVEL - PÓ LIOFILIZADO - FRASCO AMPOLA + DILUENTE						Total		31
						FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA		
								31

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)												
12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024	
1	0	13	0	0	0	0	0	0	0	8	10	
4,67			0,00			0,00			6,00			
2,33						3,00						
CMM Anual:			2,67		CMM 3 Anos:			9,53		CMM 5 Anos:		13,48

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	Preg. Eletr.	0010132024	08/04/2024	19/04/2025	1200	50	1150	12,20
INOVAMED HOSPITALAR LTDA	Preg. Eletr./RP	0128452024	03/12/2024	04/12/2025	1200	0	1200	16,54
MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	IRP - (HGB)	00552022	24/02/2024	22/02/2025	16	0	20	12,72
MINDMED HOSPITALAR LTDA	IRP - (HGB)	00552022	24/02/2024	22/02/2025	16	0	20	12,72
MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	IRP - (HGB)	00552022	24/02/2024	22/02/2025	4	0	20	14,15
MINDMED HOSPITALAR LTDA	IRP - (HGB)	00552022	24/02/2024	22/02/2025	4	0	20	14,15

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
8092	0128452024	31/10/2024	04/12/2025	1200	16,54	19.848,00
7918	0010132024	27/03/2024	19/04/2025	1200	12,20	14.640,00
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	1000	9,09	9.090,00
7111	0113592021	27/10/2021	21/01/2023	550	15,36	8.448,00
6873	0218812020	21/09/2021	15/10/2022	200	17,00	3.400,00
3917	0035532013	17/01/2014	27/03/2014	900	13,99	12.591,00
3125	0051682011	09/08/2012	12/11/2012	900	8,11	7.299,00
2039	0038212009	23/07/2010	15/10/2010	300	7,99	2.397,00
1774	0012202009	14/08/2009	14/10/2009	200	9,56	1.912,00
1654	0036752008	02/03/2009	06/04/2009	100	9,39	939,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8014	17/04/2024	0055882022		9589560	Não Informado	20	0,00
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	1200	0,00
7918	23/01/2024	0010132024	900112024	9589467	Preg. Eletr.	1200	13,69
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	1200	0,00
7622	15/12/2022	0072272022		9589214	Não Informado	300	0,00
7499	26/07/2022	0086722021		9589086	Não Informado	140	0,00
7427	06/05/2022	0110952021		9589022	Não Informado	157	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	1000	16,02
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	550	17,30
6994	16/03/2021	0038722021	812021	9588593	Preg. Eletr./RP	200	0,00
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	200	17,30
6824	02/09/2020	4013032017		9588483	Não Informado	990	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vi.Unitário	Qt.Entrada
119138	22/07/2024	ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		12,20	50
95430	10/05/2022	PROATIVA HOSPITALAR EIRELI		15,36	300
89868	10/11/2021	FRESENIUS KABI BRASIL LTDA.		17,00	200
74932	05/02/2020	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PROD. HO	0074962018	16,20	100



DADOS DO PRODUTO

PARACETAMOL 500MG COMPRIMIDO

Produto: 9470104 Código BR: 267778 Unidade: COMPRIMIDO 50

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

PARACETAMOL 500MG COMPRIMIDO

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
646458		2,45
Estoque Atual		
Total		37528
FARMACIA - AMBULATORIO		
FARMACIA - INTERDITADOS		30
FARMACIA CENTRAL		2500
FARMACIA - GRANDES VOLUME		24000
FARMACIA - FRACIONADOS		484
FARMACIA - PYX-FARMACIA		460
FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA		22
FARMACIA - DISPENSAÇÃO		65
FARMACIA - 6º SAT-DISPENSAC		7

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
15623	13054	17559	16583	17567	16465	19790	11743	16490	14566	11861	12649
15.412,00			16.871,67			16.007,67			13.025,33		
16.141,83						14.516,50					
CMM Anual:			15.329,17	CMM 3 Anos:			16.245,00	CMM 5 Anos:			17.669,23

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
INOVAMED HOSPITALAR LTDA	Preg. Eletr./RP	0128452024	03/12/2024	04/12/2025	379000	0	379000	0,07
PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	Preg. Eletr.	0045162023	24/01/2024	30/01/2025	400000	160000	240000	0,07
MINDMED HOSPITALAR LTDA	IRP - (HGB)	00552022	24/02/2024	22/02/2025	27458	0	27458	0,08

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
8092	0128452024	31/10/2024	04/12/2025	379000	0,07	26.530,00
7703	0045162023	24/11/2023	30/01/2025	400000	0,07	28.000,00
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	1152850	0,08	92.228,00
7298	0006052022	07/04/2022	03/05/2023	1152850	0,10	115.285,00
7220	0179562021	12/05/2022	17/06/2022	420000	0,10	42.000,00
3917	0035532013	17/01/2014	27/03/2014	240000	0,04	9.600,00
2040	0038142009	29/04/2010	28/06/2010	36000	0,02	720,00
1658	0036822008	20/02/2009	20/04/2009	300000	0,02	6.000,00
1380	0036612007	14/02/2008	14/04/2008	15000	0,03	450,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8014	17/04/2024	0055882022		9589560	Não Informado	27458	0,00
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	379000	0,00
7796	12/07/2023	0007882023		9589373	Não Informado	2000	0,00
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	400000	0,10
7697	12/04/2023	0007172023		9589286	Não Informado	310000	0,00
7681	15/03/2023	0113262022		9589269	Não Informado	335900	0,00
7622	15/12/2022	0072272022		9589214	Não Informado	331600	0,00
7499	26/07/2022	0086722021		9589086	Não Informado	355750	0,00
7433	11/05/2022	0162272021		9589027	Não Informado	355823	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	1152850	0,12
7354	22/03/2022	0103812021		9588957	Não Informado	355823	0,00
7298	24/01/2022	0006052022	1022022	9588912	Preg. Eletr./RP	1152850	0,11
7220	22/11/2021	0179562021	932022	9588839	Preg. Eletr.	420000	0,45
7194	07/10/2021	0132872021		9588807	Não Informado	347130	0,00

7163	06/09/2021	0047282021		9588776	Não Informado	347125	0,00
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	1152850	0,00
6994	16/03/2021	0038722021	812021	9588593	Preg. Eletr./RP	300000	0,07
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	420000	0,00
6824	02/09/2020	4013032017		9588483	Não Informado	211650	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
121884	21/11/2024	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA		0,07	60000
119897	07/08/2024	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA		0,07	40000
117519	23/05/2024	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA		0,07	60000
112567	23/10/2023	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRO		0,08	40000
110426	09/08/2023	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRO		0,08	50000
110425	09/08/2023	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRO		0,08	50000
107033	19/05/2023	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRO		0,08	60000
105135	15/03/2023	MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRO		0,08	40000
102896	06/01/2023	SIRIO PHARMA EIRELI		0,10	40000
90055	18/11/2021	L FERREIRA DA COSTA DIS. DE MEDICAMENTOS		0,12	200000



DADOS DO PRODUTO

PARACETAMOL GOTAS 200MG/ML - FRASCO 15ML
Produto: 9470120 Código BR: 267777 Unidade: FRASCO 15,00M
Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM
PARACETAMOL GOTAS 200MG/ML - SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 15ML

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
200		6,91
Estoque Atual		
Total		38
FARMACIA CENTRAL		
		12
FARMACIA - PYX-FARMACIA		
		16
FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA		
		10

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)											
12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
7	9	5	3	5	7	5	3	3	3	12	4
7,00			5,00			3,67			6,33		
6,00						5,00					
CMM Anual:			5,50			CMM 3 Anos:			5,92		
						CMM 5 Anos:			6,38		

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	Preg. Eletr.	0010132024	08/04/2024	19/04/2025	200	0	200	1,12

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7918	0010132024	27/03/2024	19/04/2025	200	1,12	224,00
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	200	1,24	248,00
7220	0179562021	12/05/2022	17/06/2022	200	1,26	252,00
6994	0038722021	10/08/2021	15/09/2022	200	1,07	214,00
5883	0074962018	07/12/2018	21/01/2020	250	1,15	287,50
3127	0051702011	19/07/2012	10/12/2012	1500	0,36	540,00
2670	0064152010	30/05/2011	15/07/2011	150	0,66	99,00
2040	0038142009	29/04/2010	28/06/2010	1000	0,32	320,00
1658	0036822008	20/02/2009	20/04/2009	1000	0,50	500,00
1380	0036612007	14/02/2008	14/04/2008	3600	0,38	1.368,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8092	27/08/2024	0128452024	901512024	9589626	Preg. Eletr./RP	200	0,00
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	200	0,00
7918	23/01/2024	0010132024	900112024	9589467	Preg. Eletr.	200	1,54
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	200	0,00
7697	12/04/2023	0007172023		9589286	Não Informado	200	0,00
7612	18/11/2022			0	Não Informado	200	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	200	1,30
7298	24/01/2022	0006052022	1022022	9588912	Preg. Eletr./RP	400	0,00
7220	22/11/2021	0179562021	932022	9588839	Preg. Eletr.	200	2,75
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	400	0,00
6994	16/03/2021	0038722021	812021	9588593	Preg. Eletr./RP	200	1,02
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	200	0,00
6824	02/09/2020	4013032017		9588483	Não Informado	1800	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
112962	07/11/2023	UP DISTRIBUIDORA LTDA		1,24	100
99575	23/09/2022	ATHOS RIO PRODUTOS MEDI HOSP EIRELI		1,07	100
79471	23/09/2020	FARMACE IND QUIM.FARMA. CEARENSE LTDA		0,74	120



DADOS DO PRODUTO

PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 1MG/ML SOL. ORAL FRASCO 100 ML						Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
Produto: 9320145 Código BR: 448594 Unidade: FRASCO						400		0,00
Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM						Estoque Atual		
PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO 1MG/ML SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 100 ML						Total	0	

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0
0,00			0,00			0,67			0,33		
0,00						0,50					
CMM Anual:			0,25			CMM 3 Anos:			0,19		
						CMM 5 Anos:			0,25		

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
MEDICAL.COM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	Preg. Eletr.	0045162023	24/01/2024	30/01/2025	200	0	200	7,00
TARGET MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Preg. Eletr./RP	0128452024	03/12/2024	04/12/2025	200	0	200	8,10

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
8092	0128452024	31/10/2024	04/12/2025	200	8,10	1.620,00
7703	0045162023	24/11/2023	30/01/2025	200	7,00	1.400,00
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	200	6,94	1.388,00
7220	0179562021	12/05/2022	17/06/2022	100	7,29	729,00
6994	0038722021	10/08/2021	15/09/2022	100	7,07	707,00
3917	0035532013	17/01/2014	27/03/2014	300	5,25	1.575,00
3688	0035502012	19/08/2013	15/10/2013	300	6,80	2.040,00
2039	0038212009	23/07/2010	15/10/2010	30	3,39	101,70
1654	0036752008	02/03/2009	06/04/2009	15	4,28	64,20
1455	0011752008	21/07/2008	01/09/2008	15	3,88	58,20

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	200	0,00
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	200	7,56
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	200	28,37
7298	24/01/2022	0006052022	1022022	9588912	Preg. Eletr./RP	200	0,00
7220	22/11/2021	0179562021	932022	9588839	Preg. Eletr.	100	11,51
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	200	0,00
6994	16/03/2021	0038722021	812021	9588593	Preg. Eletr./RP	100	6,79
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	100	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vi.Unitário	Qt.Entrada
99404	20/09/2022	STOCK MED PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES		7,07	100



DADOS DO PRODUTO

PREDNISONA 5MG COMPRIMIDO

Produto: 9320080 Código BR: BR0267741 Unidade: COMPRIMIDO 5I

Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM

PREDNISONA 5MG COMPRIMIDO

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
13604		0,13

Estoque Atual

Total	43
-------	----

FARMACIA - 6º SAT-DISPENSAC	2
FARMACIA - DISPENSAÇÃO	35
FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA	6

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
598	461	542	212	199	229	142	334	382	404	243	259
533,67			213,33			286,00			302,00		
373,50						294,00					
CMM Anual:			333,75			CMM 3 Anos:			329,00		
						CMM 5 Anos:			371,13		

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	Preg. Eletr.	0010132024	08/04/2024	19/04/2025	12000	2000	10000	0,06
TARGET MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Preg. Eletr.	0040962024	03/09/2024	30/08/2025	5700	2500	3200	0,07
ESPIRITO SANTO DISTRIBUIDORA	IRP - (HGB)	00552022	24/02/2024	22/02/2025	404	0	404	0,06

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7989	0040962024	22/07/2024	30/08/2025	5700	0,07	399,00
7918	0010132024	27/03/2024	19/04/2025	12000	0,06	720,00
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	13500	0,07	945,00
7220	0179562021	12/05/2022	17/06/2022	6500	0,07	455,00
7111	0113592021	27/10/2021	21/01/2023	10550	0,10	1.055,00
3917	0035532013	17/01/2014	27/03/2014	60000	0,08	4.800,00
2039	0038212009	23/07/2010	15/10/2010	2500	0,03	75,00
1654	0036752008	02/03/2009	06/04/2009	400	0,03	12,00
1377	0036592007	26/02/2008	18/04/2008	3000	0,02	60,00
1265	0023852007	25/09/2007	09/11/2007	1500	0,02	30,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8014	17/04/2024	0055882022		9589560	Não Informado	404	0,00
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	5700	0,08
7918	23/01/2024	0010132024	900112024	9589467	Preg. Eletr.	12000	0,10
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	12000	0,00
7697	12/04/2023	0007172023		9589286	Não Informado	5000	0,00
7681	15/03/2023	0113262022		9589269	Não Informado	4800	0,00
7622	15/12/2022	0072272022		9589214	Não Informado	5000	0,00
7499	26/07/2022	0086722021		9589086	Não Informado	4560	0,00
7433	11/05/2022	0162272021		9589027	Não Informado	4507	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	13500	0,10
7354	22/03/2022	0103812021		9588957	Não Informado	4507	0,00
7220	22/11/2021	0179562021	932022	9588839	Preg. Eletr.	6500	0,26
7194	07/10/2021	0132872021		9588807	Não Informado	4800	0,00
7163	06/09/2021	0047282021		9588776	Não Informado	4804	0,00
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	10550	0,10
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	6500	0,00
6824	02/09/2020	4013032017		9588483	Não Informado	118500	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
117368	21/05/2024	ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		0,06	2000
114140	26/12/2023	M MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSP		0,06	1200
103690	08/02/2023	L FERREIRA DA COSTA DIS. DE MEDICAMENTOS		0,09	2000
90910	15/12/2021	CENTERMEDI COMERCIO PRODUTOS HOSP LTDA		0,06	2000



DADOS DO PRODUTO			
PREDNISONA 20MG COMPRIMIDO			
Produto: 9320110	Código BR: 267743	Unidade: COMPRIMIDO 20	
Bloqueado P/ Compra: NÃO	Permite Movimentação: SIM		
PREDNISONA 20MG COMPRIMIDO			
		Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses Tmp. Dur. Com 12 Meses
		12800	9,71
Estoque Atual			
Total		1840	
FARMACIA CENTRAL		1500	
FARMACIA - FRACIONADOS		200	
FARMACIA - 6º SAT-DISPENSAC		10	
FARMACIA - DISPENSAÇÃO		122	
FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA		8	

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)											
12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
80	0	107	273	360	268	191	86	267	144	281	218
62,33			300,33			181,33			214,33		
181,33						197,83					
CMM Anual:			189,58	CMM 3 Anos:			270,89	CMM 5 Anos:			300,50

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA								
Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt.Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	Preg. Eletr.	0010132024	08/04/2024	19/04/2025	10500	1000	9500	0,15
INOVAMED HOSPITALAR LTDA	Preg. Eletr.	0040962024	03/09/2024	30/08/2025	4800	1500	3300	0,15

ÚLTIMAS COMPRAS						
Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7989	0040962024	22/07/2024	30/08/2025	4800	0,15	720,00
7918	0010132024	27/03/2024	19/04/2025	10500	0,15	1.575,00
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	10000	0,13	1.300,00
7298	0006052022	07/04/2022	03/05/2023	9450	0,16	1.512,00
7220	0179562021	12/05/2022	17/06/2022	5000	0,16	800,00
3917	0035532013	17/01/2014	27/03/2014	18000	0,13	2.340,00
2039	0038212009	23/07/2010	15/10/2010	3000	0,05	150,00
1654	0036752008	02/03/2009	06/04/2009	1800	0,05	90,00
1377	0036592007	26/02/2008	18/04/2008	1500	0,05	75,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)							
Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	4800	0,23
7918	23/01/2024	0010132024	900112024	9589467	Preg. Eletr.	10500	0,17
7796	12/07/2023	0007882023		9589373	Não Informado	4060	0,00
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	10500	0,00
7697	12/04/2023	0007172023		9589286	Não Informado	4300	0,00
7681	15/03/2023	0113262022		9589269	Não Informado	4100	0,00
7622	15/12/2022	0072272022		9589214	Não Informado	4000	0,00
7612	18/11/2022			0	Não Informado	4500	0,00
7499	26/07/2022	0086722021		9589086	Não Informado	3840	0,00
7427	06/05/2022	0110952021		9589022	Não Informado	3723	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	10000	0,31
7354	22/03/2022	0103812021		9588957	Não Informado	3723	0,00
7298	24/01/2022	0006052022	1022022	9588912	Preg. Eletr./RP	9450	0,27
7220	22/11/2021	0179562021	932022	9588839	Preg. Eletr.	5000	0,72
7194	07/10/2021	0132872021		9588807	Não Informado	3590	0,00
7163	06/09/2021	0047282021		9588776	Não Informado	3582	0,00
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	9450	0,00
6994	16/03/2021	0038722021	812021	9588593	Preg. Eletr./RP	5000	0,20
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	5000	0,00
6824	02/09/2020	4013032017		9588483	Não Informado	85500	0,00
6673	12/03/2020	0083152019		9588405	Não Informado	3813	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
122290	20/12/2024	INOVAMED HOSPITALAR LTDA		0,15	1500
118247	18/06/2024	ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		0,15	1000
113299	24/11/2023	LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA		0,21	1500
97871	01/08/2022	CENTERMEDI COMERCIO PRODUTOS HOSP LTDA		0,18	3500
91176	21/12/2021	ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS EIRELI		0,17	3000
80310	04/11/2020	COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI		0,19	1500
78748	11/08/2020	COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI	64589003529201912	0,19	2300



DADOS DO PRODUTO			
TROMETAMOL CETOROLACO 10MG COMPRIMIDO			
Produto: 9590188	Código BR: 385153	Unidade:	COMPRIMIDO
Bloqueado P/ Compra: NÃO		Permite Movimentação: SIM	
TROMETAMOL CETOROLACO 10MG COMPRIMIDO			
	Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
	600		1,20
Estoque Atual			
Total			9
FARMACIA - DISPENSAÇÃO			5
FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA			4

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)											
12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
0	60	0	7	2	0	21	0	0	0	0	0
20,00			3,00			7,00			0,00		
11,50						3,50					
CMM Anual:			7,50			CMM 3 Anos:			2,50		
						CMM 5 Anos:			2,83		

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA								
Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. recn. Homologada	Dt.Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
SULMEDIC COMERCIO DE MEDIC. LTDA - EPP	Preg. Eletr.	0010132024	08/04/2024	19/04/2025	800	200	600	2,59

ÚLTIMAS COMPRAS						
Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7918	0010132024	27/03/2024	19/04/2025	800	2,59	2.072,00
7621	0190712022	13/02/2023	20/03/2024	800	3,44	2.752,00
7220	0179562021	12/05/2022	17/06/2022	500	3,08	1.540,00
5193	0031902016	09/03/2017	12/06/2018	25200	2,39	60.228,00
3688	0035502012	19/08/2013	15/10/2013	15000	1,11	16.650,00
2840	0021312011	28/12/2011	09/02/2012	18000	1,55	27.900,00
2041	0038132009	29/07/2010	17/09/2010	21000	1,31	27.510,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)							
Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
8092	27/08/2024	0128452024	901512024	9589626	Preg. Eletr./RP	800	0,00
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	800	0,00
7918	23/01/2024	0010132024	900112024	9589467	Preg. Eletr.	800	2,59
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	800	0,00
7621	15/12/2022	0190712022	312023	9589213	Preg. Eletr.	800	3,44
7612	18/11/2022			0	Não Informado	350	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	800	0,00
7298	24/01/2022	0006052022	1022022	9588912	Preg. Eletr./RP	800	3,02
7220	22/11/2021	0179562021	932022	9588839	Preg. Eletr.	500	3,08
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	800	0,00
6994	16/03/2021	0038722021	812021	9588593	Preg. Eletr./RP	8000	0,00
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	500	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)					
Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	Vl.Unitário	Qt.Entrada
117535	24/05/2024	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		2,59	100



DADOS DO PRODUTO

TROMETAMOL CETOROLACO 30MG/ML - AMPOLA 1ML
Produto: 9590187 Código BR: 306465 Unidade: AMPOLA 1,00ML
Bloqueado P/ Compra: NÃO Permite Movimentação: SIM
TROMETAMOL CETOROLACO 30MG/ML AMPOLA 1ML

Saldo Virtual	Tmp. Dur. Com 3 Meses	Tmp. Dur. Com 12 Meses
0		8,92
Estoque Atual		
Total		595
FARMACIA CENTRAL		
		345
FARMACIA - GRANDES VOLUME		
		240
FARMACIA - CTI SAT-DISPENSA		
		10

CONSUMO MÉDIO MENSAL 1 ANO(S)

12/2024	11/2024	10/2024	09/2024	08/2024	07/2024	06/2024	05/2024	04/2024	03/2024	02/2024	01/2024
0	2	36	132	81	125	163	30	71	43	69	48
12,67			112,67			88,00			53,33		
62,67						70,67					
CMM Anual:			66,67	CMM 3 Anos:			25,44	CMM 5 Anos:			19,73

PROCESSO SRP COM VALIDADE ATIVA

Fornecedor	Modalidade	Processo	Dt. Recn. Homologada	Dt. Validade	Qtd. Homolog	Ped. em Trânsito	Saldo Virtual	Vlr Unitário
MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	Preg. Eletr.	0040962024	03/09/2024	30/08/2025	600	600	0	3,53
MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	Preg. Eletr.	0045162023	24/01/2024	30/01/2025	500	500	0	4,10

ÚLTIMAS COMPRAS

Solicitação	Processo	Dt. Licitação	Dt. Fech. Homolog	Qtd. Homolog	Vlr. Unitário	Vlr Total
7989	0040962024	22/07/2024	30/08/2025	600	3,53	2.118,00
7703	0045162023	24/11/2023	30/01/2025	500	4,10	2.050,00
7359	0027742022	23/11/2022	12/12/2023	500	3,87	1.935,00
7220	0179562021	12/05/2022	17/06/2022	400	5,29	2.116,00
7111	0113592021	27/10/2021	21/01/2023	500	4,20	2.100,00
2840	0021312011	28/12/2011	09/02/2012	3300	3,90	12.870,00

SOLICITAÇÕES PARA COMPRA EM ANDAMENTO PERIODO 5 ANO(S)

Solicitação	Dt. Solicitação	Processo	Licitação	Gerdoc	Modalidade	Qt. Solici	Vlr Estimado
7989	28/03/2024	0040962024	900642024	9589535	Preg. Eletr.	600	4,82
7703	17/04/2023	0045162023	1912023	9589289	Preg. Eletr.	500	4,33
7499	26/07/2022	0086722021		9589086	Não Informado	240	0,00
7359	28/03/2022	0027742022	3122022	9588960	Preg. Eletr./RP	500	4,17
7220	22/11/2021	0179562021	932022	9588839	Preg. Eletr.	400	5,29
7111	13/08/2021	0113592021	1792021	9588729	Preg. Eletr.	500	4,68
6873	10/12/2020	0218812020	1082021	9588635	Preg. Eletr.	400	0,00

ÚLTIMAS ENTRADAS NO ESTOQUE NO PERIODO DE 5 ANO(S)

Cod.Entrada	Dt. Entrada	Fornecedor	Processo	VI.Unitário	Qt.Entrada
122250	19/12/2024	MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA		3,53	600
119928	09/08/2024	MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA		4,10	200
117875	06/06/2024	MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA		4,10	200
115939	02/04/2024	MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA		4,10	100
114504	18/01/2024	ESSENCIAL RIO DIST. PROD. MEDICOS HOSP.		3,87	50
106646	08/05/2023	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		3,00	100
80264	30/10/2020	CHL PRODUTOS MEDICOS HOSP LTDA		5,95	100

Tatiana Guimarães Gomes - AFARM

De: Rosangela Ribeiro Pinho - ARDOR
Enviado em: terça-feira, 8 de abril de 2025 10:01
Para: Juliana de Castro Brasil - AFARM; Waleska de Castro Sampaio - ARDOR
Cc: Maria Fernanda Muniz Ferrari - DIENF; Daniele Ferreira Porto - AFARM; Raquel Martins de Souza - AFARM; Jocely da Costa Ferreira - AFARM; Tatiana Guimarães Gomes - AFARM; Anderson Paião Rheman Rodrigues - AFARM
Assunto: RES: Estimativa consumo DIPIRONA ARDOR

Prezada,

Conforme relatório das prescrições de Dipirona 500mg através do Receituário eletrônico, segue o quantitativo mensal prescrito: 30 mil comprimidos mensais.

Solicito que seja considerado que este valor pode aumentar caso o Paracetamol deixe de ser dispensado ou, até mesmo, alguns pacientes que utilizam o Paracetamol migrem para a Dipirona.

Qualquer dúvida estou à disposição.

Atenciosamente,

Rosangela Ribeiro Pinho

De: Juliana de Castro Brasil - AFARM
Enviado: quinta-feira, 3 de abril de 2025 10:01
Para: Waleska de Castro Sampaio - ARDOR
Cc: Rosangela Ribeiro Pinho - ARDOR; Maria Fernanda Muniz Ferrari - DIENF; Daniele Ferreira Porto - AFARM; Raquel Martins de Souza - AFARM; Jocely da Costa Ferreira - AFARM; Tatiana Guimarães Gomes - AFARM; Anderson Paião Rheman Rodrigues - AFARM
Assunto: RES: Estimativa consumo DIPIRONA ARDOR

Prezadas, bom dia!

Precisamos de retorno quanto a estimativa de uso da DIPIRONA cp para os pacientes ambulatoriais para que possamos incluir essa programação na processo de compra 2025.

At.te

[\[cid:image004.png@01DBA47F.6D35B600\]](#)

Juliana Brasil

Farmacêutica | MS

Área de Farmácia Clínica | AFARCLIN

[\[cid:image005.png@01DBA47F.6D35B600\]](#) 21 2134-5163 / 5630

[\[cid:image006.png@01DBA47F.6D35B600\]](#) jbrasil@into.saude.gov.br<<mailto:jbrasil@into.saude.gov.br>>

De: Juliana de Castro Brasil - AFARM

Enviada em: quarta-feira, 26 de março de 2025 14:36

Para: Waleska de Castro Sampaio - ARDOR

Cc: Rosangela Ribeiro Pinho - ARDOR; Maria Fernanda Muniz Ferrari - DIENF; Daniele Ferreira Porto - AFARM; Raquel Martins de Souza - AFARM; Jocely da Costa Ferreira - AFARM; Tatiana Guimarães Gomes - AFARM; Anderson Paião Rheman Rodrigues - AFARM

Assunto: Estimativa consumo DIPIRONA ARDOR

Prezadas, boa tarde!

A partir da solicitação da Farmácia Ambulatorial, estamos estudando a possibilidade de inclusão do medicamento DIPIRONA 500mg comprimido na grade de itens atendidos para Clínica da Dor e Ambulatório, em substituição ao Paracetamol.

Sendo assim, solicito que nos informe qual a estimativa da quantidade de comprimidos por mês seriam dispensados, de acordo com os pacientes atendidos.

Cordialmente,

[\[cid:image004.png@01DBA47F.6D35B600\]](#)

Juliana Brasil

Farmacêutica | MS

Área de Farmácia Clínica | AFARCLIN

[\[cid:image005.png@01DBA47F.6D35B600\]](#) 21 2134-5163 / 5630

[\[cid:image006.png@01DBA47F.6D35B600\]](#) jbrasil@into.saude.gov.br<<mailto:jbrasil@into.saude.gov.br>>